

Textos para Discussão

TD-IEA n.25/2011

Territorialidade da Produção de Proteína Animal no Brasil Contemporâneo: distintas especializa- ções produtivas regionais

Territoriality in Animal Protein Production in Contemporary: distinct regional production specializations¹

José Sidnei Gonçalves²

Newton Narciso Gomes Junior³

Fevereiro 2011

¹Registro no CCTC: TD-08/2010.

²Engenheiro agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, SP, Brasil (e-mail: sydy@iea.sp.gov.br).

³Economista, Doutor, Professor Visitante da Faculdade de Engenharia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil (e-mail: snewtongomes@gmail.com).



RESUMO

Este trabalho detalha a análise, por segmento, da dimensão territorial da produção brasileira de proteína animal. Particularizam-se também as distinções dos mecanismos de coordenação vertical que conformam ritmos distintos dos movimentos setoriais. Esse esforço decorre do entendimento de que se mostra fundamental compreender essa dinâmica nos desdobramentos territoriais pois, dentre os grandes setores econômicos, esse aspecto configura-se particularmente relevante na agricultura, dada a sua intrínseca relação com a ocupação do espaço geográfico. Em síntese, o resultado configura um amplo arco de situações que conferem especificidades setoriais definidas em distintas territorialidades, o que enseja a necessidade de compreensão não apenas das dinâmicas que evoluem dentro e entre os segmentos, mas notadamente, os determinantes territoriais que conformam e são conformados nesse processo.

Palavras-chave: proteína animal, produção, territorialidade, comércio exterior.

ABSTRACT

This work details the segmented analysis of the territorial dimension of Brazil's production of animal protein. It also has a particular focus on the distinctions between the vertical integration mechanisms that confer different rhythms to this industry's movements. Understanding this dynamics in the territorial development process is important because this is an aspect particularly relevant to agriculture, given its inherent relationship with the occupation of the geographical space. In synthesis, the result configures an ample range of situations which confer territorial specificities defined in distinct territorialities, which creates the need for understanding not only the dynamics evolving within and between the segments, but, notably, the territorial factors that influence and are influenced by this process

Key-words: animal protein, production, territoriality, foreign trade, Brazil.



1 - PRODUÇÃO DE PROTEÍNA ANIMAL NO BRASIL: especializações produtivas na dimensão territorial

A produção brasileira de proteína animal envolve, do ponto de vista territorial, dois desenhos de atividades bem distintos. Um concentrado, que envolve a reprodução em diferentes espaços geográficos das principais operações produtivas, ainda que obtenha insumos em zonas de fornecimento distintas. A cadeia de produção de carne avícola corresponde ao exemplo típico do desenho concentrado, dado que, conquanto seja abastecida em alimentação animal (ração à base de soja e milho) de procedência diversa, no tocante às atividades granjeiras típicas, elas se localizam no mesmo espaço geográfico.

Outro desenho constitui-se no difuso, pois envolve o encadeamento das operações produtivas, cada qual realizada em espaço geográfico específico. A sequência de produção de carne bovina consiste no exemplo desta modalidade, uma vez que cria, cria e terminação (engorda) se dão em espaços geográficos diferentes, formando o circuito pecuário brasileiro produtor de carne. Com isso, não faz sentido entender a dinâmica da sequência produtiva da carne bovina sem ter em conta a sua característica de que, em especial no circuito principal, cada uma de suas diversas operações realiza-se em regiões distintas.

Em função dessas distinções, a discussão dos diferentes desenhos territoriais da produção brasileira de proteína animal corresponde a identificar distintas relações entre operações produtivas e espaços geográficos, formando uma visão da ocupação do território brasileiro que leve em conta a existência de pelo menos um segmento produtivo (a sequência produtiva da pecuária de corte), que integra operações fragmentadas localizadas em diferentes regiões brasileiras.

2 - DIMENSÃO TERRITORIAL DO DIFUSO CIRCUITO DA PRODUÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE

O rebanho bovino brasileiro apresentou significativo crescimento saltando de 154,2 milhões de cabeças em 1997 para 166,1 milhões de cabeças em 2003, desde quando mostra pequeno recuo alcançando 163,5 milhões de cabeças em 2005 (Figura 1). Trata-se de um dos maiores do mundo e, com certeza, o mais importante destinado à produção comercial, com a pecuária tendo tido no passado, e tendo na realidade atual, papel estratégico na ocupação econômica do território brasileiro.

Na visualização das quatro grandes regiões brasileiras, nota-se que o rebanho bovino cresceu, na região Norte, de 19,4 milhões de cabeças em 1997 para 30,0 milhões de cabeças em 2005, e na região Centro-Oeste, que em 1997 tinha 52,1 milhões de cabeças, em 2005, passou a ter 57,4 milhões de cabeças, conformando o maior nú-

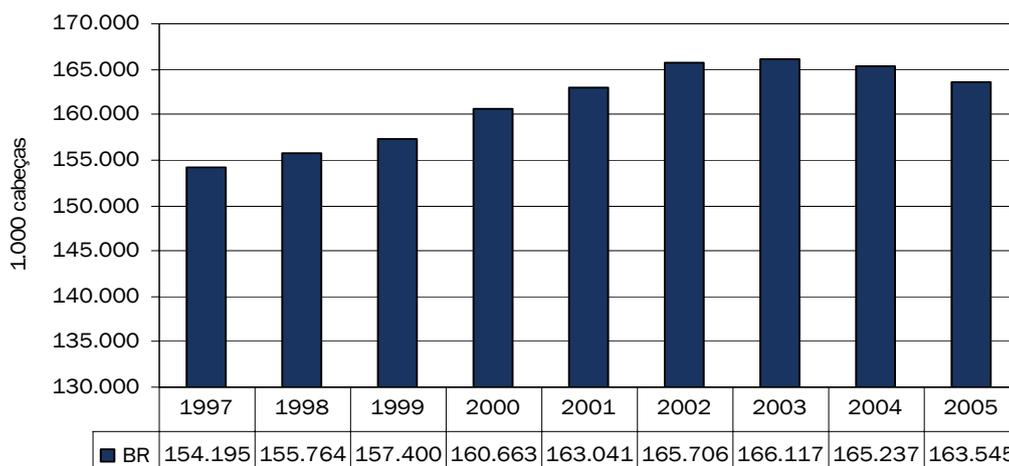


Figura 1 - Rebanho Bovino, Brasil, 1997-2005.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

mero regional de bovinos no Brasil. Já na região Sul, o rebanho recua de 25,3 milhões de cabeças para 21,2 milhões de cabeças, tal como ocorreu no Sudeste, onde o total do plantel caiu de 35 milhões de cabeças para 33,5 milhões de cabeças no período 1997-2005. Na região Nordeste, verifica-se um pequeno acréscimo no rebanho, indo de 22,4 milhões de cabeças para 23,4 milhões de cabeças, em função da pecuária de corte que se instala nos espaços produtivos nordestinos integrados à lógica produtiva do Brasil central (Figura 2). Em linhas gerais, a pecuária recua nas zonas de ocupação antiga e avança na fronteira de expansão agropecuária.

Interessante destacar a transição espacial por que passa a sequência de produção da carne bovina, uma vez que, dentre as unidades da Federação com maiores rebanhos, apenas em Mato Grosso se verifica aumento do número de animais de 15,8 milhões de cabeças em 1997 para 21,9 milhões de cabeças em 2005. Em todos os demais, nota-se manutenção do patamar de animais existentes ou pequena queda sem alteração abrupta da respectiva posição relativa (Figura 3), revelando que a pecuária enfrenta a concorrência de outras alternativas econômicas que obstam sua capacidade de expansão.

Isso coloca em questão os limites para a expansão da pecuária bovina de corte nos espaços mais tradicionais e consolidados da agricultura brasileira representados pelo Sul-Sudeste – na faixa contínua que vai do Rio Grande do Sul a Minas Gerais. Esse limite avança para alguns espaços de ocupação recente do Brasil central como Mato Grosso do Sul e Goiás, que até pouco tempo eram colocados no rol daqueles em que havia espaço a ocupar como fronteira de expansão. Em outras palavras, a frente de expansão da pecuária está cada vez mais se deslocando rumo ao Norte, indo beirar as

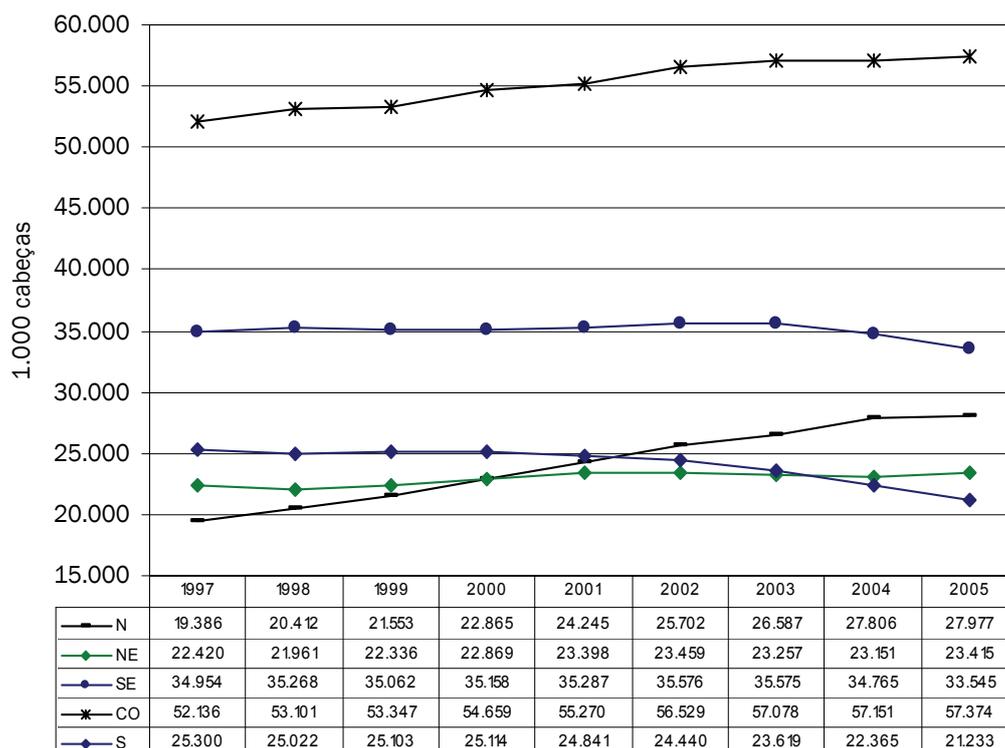


Figura 2 - Rebanho Bovino por Região, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).



Figura 3 - Rebanho Bovino por Principais Unidades Federativas, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).



primeiras faixas da floresta amazônica.

A caracterização inequívoca de que a frente de expansão da pecuária de corte brasileira chegou às terras amazônicas pode ser feita com a verificação da evolução dos rebanhos das unidades da Federação que mais vêm apresentando crescimento nos últimos anos. Além do caso de Mato Grosso, já destacado e que detém o maior rebanho bovino de corte brasileiro, duas outras unidades da Federação limítrofes a essa se colocam como as que apresentaram tendência de aumento do efetivo de animais. De um lado está Rondônia, cujo rebanho cresceu de 5,1 milhões de cabeças em 1997 para 9,0 milhões de cabeças em 2005 e, de outro, o Pará, onde o número de animais saltou de 6,6 milhões de cabeças para 9,8 milhões de cabeças no período 1997-2005 (Figura 4).

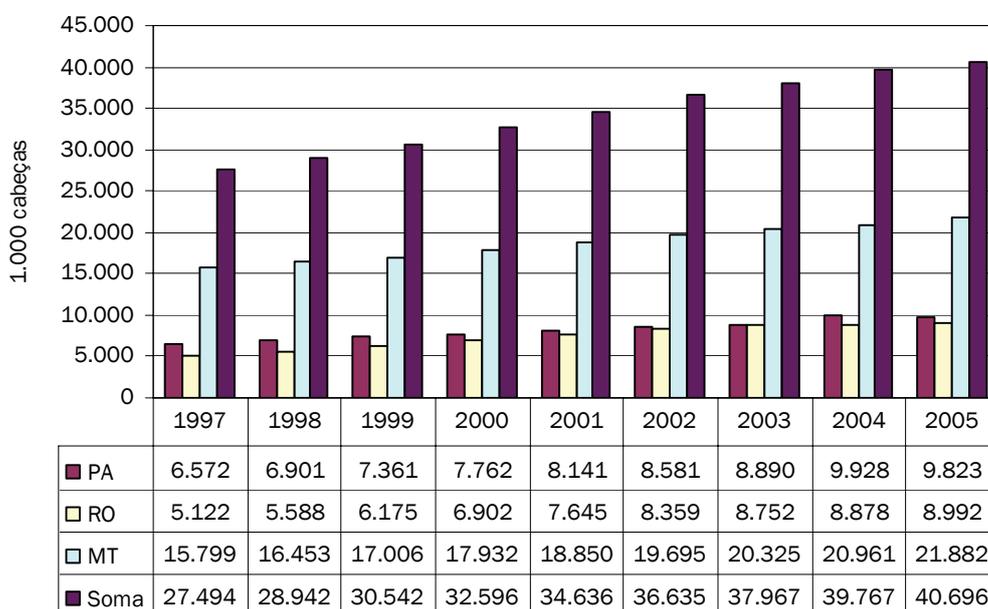


Figura 4 - Rebanho Bovino nas Frentes de Expansão, Brasil, 1997-2005.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Essas três unidades da Federação, que no conjunto de seus territórios formam uma faixa contínua ao longo das primeiras manifestações da Floresta Amazônica, tiveram um incremento nos rebanhos somados de 13,2 milhões de animais, número muito superior ao consignado para os rebanhos paulista e gaúcho. Esse processo encontra dura resistência pelos seus efeitos ambientais, como já havia sido a conclusão de análise sobre o crescimento da produção agropecuária, que mostra ser a pecuária e não as lavouras o primeiro elemento da produção em faixas de terra até então ocupadas com florestas na fronteira de expansão (BRANDÃO; RESENDE; MARQUES, 2005).

Há que se colocar que, na verdade, a pecuária de corte está sendo empurrada,



para que não tenha chance de competir por terras com as lavouras nos espaços de agropecuária consolidada. Para tanto, basta ver o caso paulista comparando um indicador dos mais simples de capacidade de geração de riqueza por unidade de área, o valor bruto da produção agropecuária (VPA/ha). Em todo período 1995-2004, a carne bovina e o leite, atividades principais na ocupação das pastagens, apresentaram sempre um VPA/ha em torno de um terço da média da agropecuária paulista. Comparando com a cana para indústria, que corresponde ao produto que mais substituiu pastagens desde a década de 1970, a relação se mostra maior que cinco vezes, ou seja, a renda bruta por hectare de cana se mostrou o quádruplo da obtida pela pecuária em todos os dez anos considerados (Tabela 1). Não restam dúvidas de que a expansão de lavouras em espaços agropecuários com ocupação consolidada, seja no Sul-Sudeste e mesmo no Brasil central, funcionará como pressão para o deslocamento da pecuária para as frentes de expansão, até quando elas configurarem uma possibilidade econômica.

Tabela 1 - Valor Bruto da Produção por ha¹ na Agropecuária Paulista, Segundo Grupos de Culturas, 1995-2004

| Produto | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|-----------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Alimentos básicos ² | 855 | 1.086 | 985 | 1.840 | 1.354 | 1.107 | 1.570 | 1.835 | 2.090 | 1.803 |
| Café | 1.940 | 2.908 | 3.469 | 4.020 | 5.074 | 3.839 | 1.934 | 2.721 | 2.066 | 3.390 |
| Cana | 2.185 | 2.363 | 2.427 | 2.322 | 2.010 | 2.674 | 2.759 | 2.717 | 2.420 | 2.620 |
| Carne bovina e leite ³ | 381 | 307 | 334 | 349 | 408 | 464 | 448 | 489 | 525 | 519 |
| Frutas ⁴ | 9.386 | 5.666 | 5.528 | 6.540 | 7.180 | 6.718 | 8.661 | 9.803 | 9.442 | 9.129 |
| Grãos e fibras ⁵ | 792 | 814 | 793 | 771 | 955 | 951 | 966 | 1.399 | 1.599 | 1.435 |
| Matérias-primas ⁶ | 2.007 | 1.447 | 1.994 | 2.852 | 3.018 | 1.741 | 4.221 | 5.741 | 5.534 | 4.827 |
| Olerícolas ⁷ | 18.118 | 11.299 | 12.489 | 14.487 | 11.730 | 13.792 | 14.479 | 15.449 | 14.372 | 15.608 |
| Estado de São Paulo | 1.180 | 1.070 | 1.123 | 1.241 | 1.231 | 1.325 | 1.441 | 1.607 | 1.616 | 1.632 |

¹Valores constantes médios de 2004, deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (FIBGE).

²Arroz e feijão.

³Carne bovina, leite B e leite C.

⁴Abacate, abacaxi, banana, caqui, figo de mesa, goiaba de mesa, laranja de mesa, limão, manga, maracujá, melancia, pêssego de mesa, tangerina e uva de mesa.

⁵Algodão em caroço, amendoim em casca, milho, soja, sorgo e trigo.

⁶Borracha, goiaba para indústria, laranja para indústria, mandioca para indústria e tomate para indústria.

⁷Abóbora, abobrinha, alface, batata, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, mandioca para mesa, pimentão, repolho e tomate de mesa.

Fonte: IEA (2010).

A produção brasileira de carne bovina avançou de forma persistente no período 1997-2005. Em 1997, ela alcançava 6,4 milhões de t e, em 2005, atingiu 7,8 milhões de t (Figura 5). Interessante frisar que, para um rebanho bovino que não cresce desde 2002, quando somou 166 milhões de cabeças, e mostrou mesmo recuo para 164 milhões de cabeças até 2005 (Figura 1), o incremento na produção de carne bovina decor-

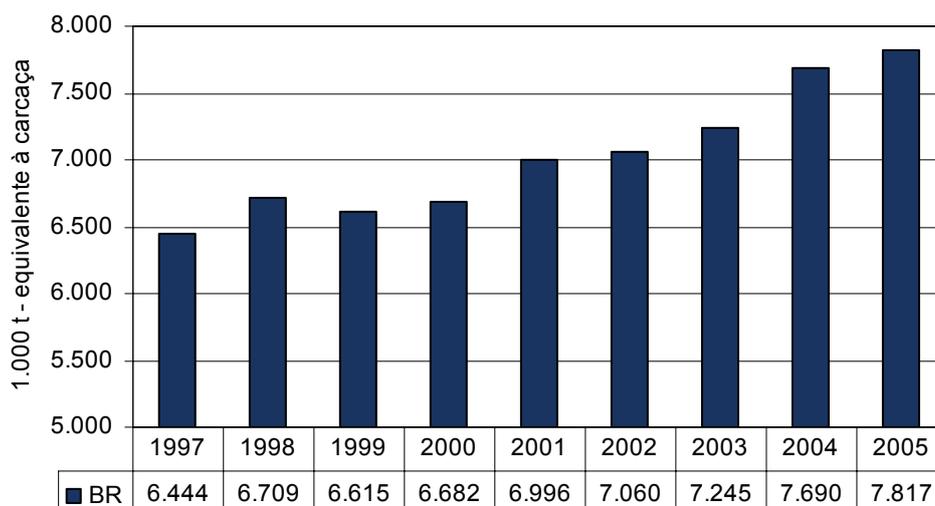


Figura 5 - Produção de Carne Bovina, Brasil, 1997-2005.
 Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

reu de expressiva elevação da taxa de desfrute, como indicador de aumento de produtividade nessa atividade.

Na distribuição da produção de carne bovina nas diversas regiões brasileiras, o crescimento dá-se fundamentalmente pelo desempenho do Centro-Oeste, maior produtor nacional, cujos aumentos dos abates propiciaram que, do 1,8 milhão de t de carne bovina obtido em 1997, a oferta regional passasse para 2,4 milhões de t em 2005. A isso somou-se a produção da nova frente de expansão, a região Norte, que saltou de 531 mil t para 1,0 milhão de t no mesmo período. Crescimento mais reduzido apresentou a região Sudeste, indo da produção de 1,9 milhão de t de 1997 para as 2,0 milhões de t em 2005 (Figura 6). Ainda que mantenha âncora nas regiões tradicionais, a agroindústria de frigoríficos segue a trilha do boi.

Ainda assim, quando se visualizam as unidades da Federação brasileira, verifica-se que a estrutura frigorífica das regiões pecuárias tradicionais mantêm-se em posição de destaque, dada a liderança paulista na produção de carne bovina com patamar similar em 1997 (972 mil t) e em 2005 (956 mil t), seguida do Mato Grosso do Sul, que mostra aumento das 714 mil t de 1997 para as 900 mil t em 2005, crescimentos que também ocorrem em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (Figura 7). Isso se deve ao fato de que o mais relevante mercado consumidor está localizado no Sudeste, além do fato de que as exportações brasileiras de carnes têm como origem os portos localizados nessa região. Mesmo quando o animal foi abatido em unidades de abate da frente de expansão, verifica-se um intenso transporte de carne bovina fresca em caminhões com temperatura controlada, para que venham ser preparadas para o mercado (desossa e retalhe) em unidades da mesma empresa localizada no Sudeste.

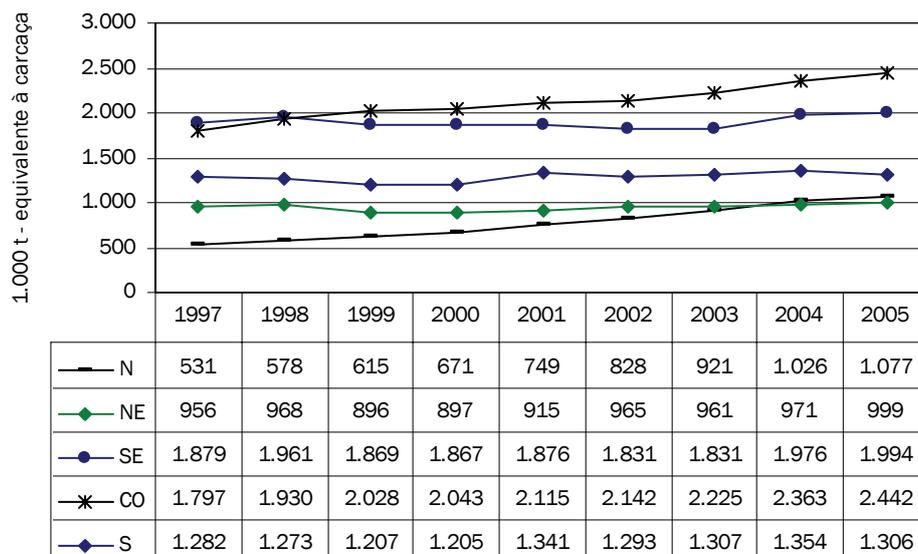


Figura 6 - Produção de Carne Bovina por Região, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

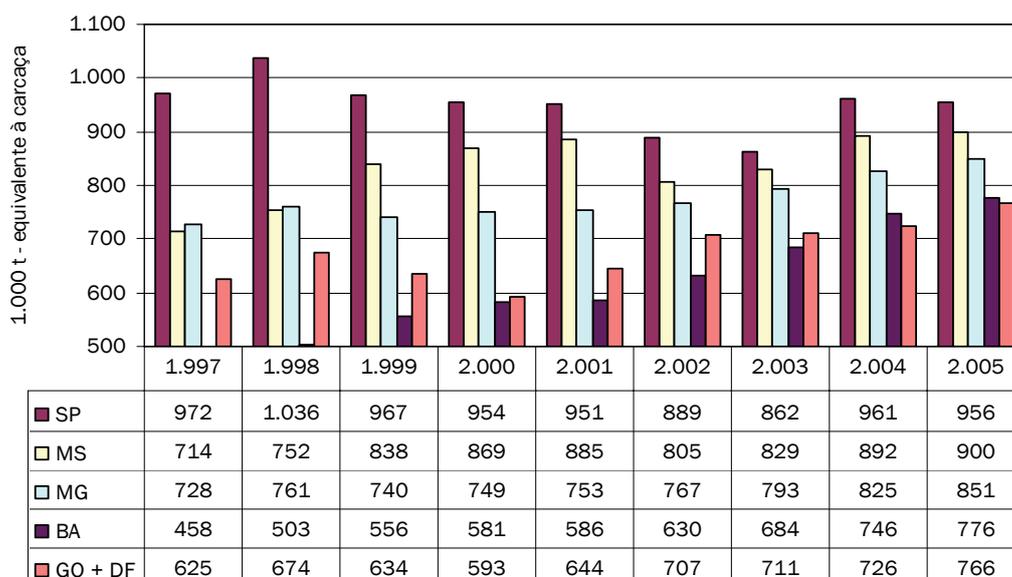


Figura 7 - Produção de Carne Bovina por Principais Unidades Federativas, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

A confirmação do modelo operacional difuso da ótica territorial verificado na sequência de produção de carne bovina, em que operações produtivas são realizadas em lugares distintos, fica nítida quando se analisa o balanço dos rebanhos regionais (bezerros nascidos menos bois abatidos). Duas regiões, exatamente aquelas localizadas na fronteira da expansão pecuária, mostram número de nascimentos maior que o de abates. Na região Norte, o saldo evoluiu de 1,8 milhão de cabeças em 1997 para 2,2 mi-



lhões de cabeças em 2000, voltando a recuar para 1,5 milhão de cabeças em 2005. Já no Centro-Oeste, num movimento de altos e baixos, essa queda do saldo vai de 3,6 milhões de cabeças para 2,6 milhões de cabeças no período 1997-2005 (Figura 8). Nesse sentido, ainda que tenham atraído a estrutura de frigoríficos, ainda se mostra expressiva a “exportação de bois” das regiões localizadas na fronteira da expansão pecuária para as de pecuária tradicional

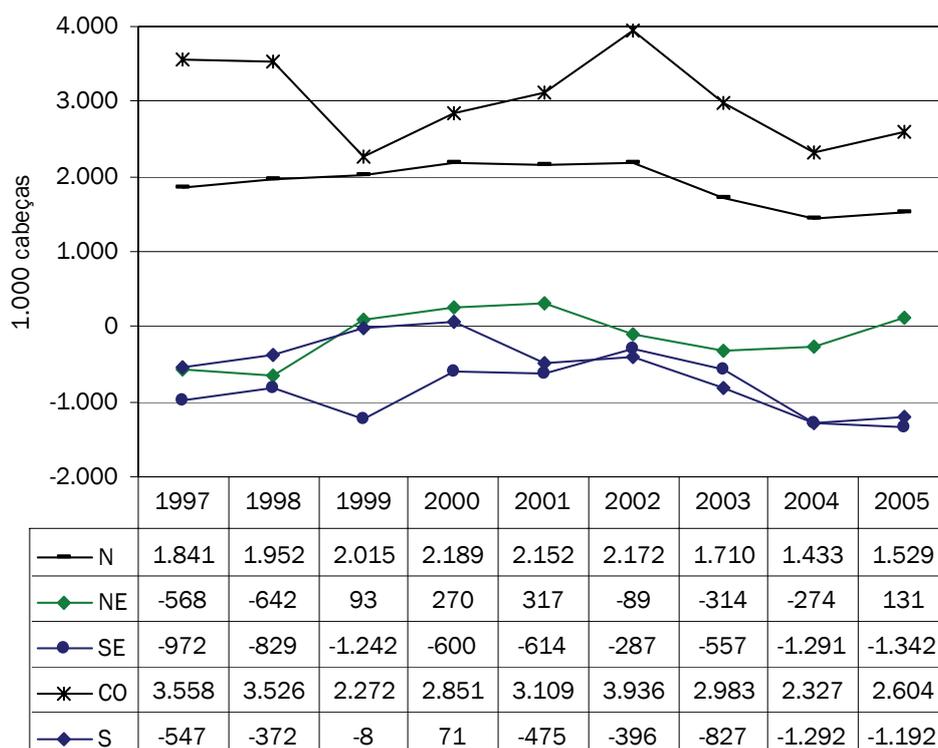


Figura 8 - Balanço do Rebanho Segundo as Regiões, Brasil, 1997-2005.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Esse movimento direciona-se fundamentalmente para a região Sudeste, na qual a entrada de bois corresponde ao saldo negativo do balanço de seu rebanho, que havia recuado de 972 mil cabeças em 1997 para 287 mil cabeças em 2002, mas volta a se acelerar para alcançar 1,3 milhão de cabeças em 2005. Trajetória similar a essa deu-se na região Sul, cuja “importação de animais”, que dos 547 mil bovinos recebidos em 1997 havia virado a tendência exportando 71 mil animais em 2000, reverte para a situação anterior, tendo recebido 1,2 milhão de animais em 2005 (Figura 8). Interessante frisar que nessas regiões se localizam não apenas os maiores mercados consumidores, como das mesmas saem as maiores volumes embarcados para o exterior.

Destacando as unidades da Federação compradoras de boi, a liderança está ocu-



pada por São Paulo, que após um recuo de 1,9 milhão para 1,2 milhão no número de animais adquiridos entre 1997 e 2003, volta a incrementar suas compras levando a atingir 1,8 milhão em 2005. Depois das paulistas, as aquisições mais relevantes são as paranaenses, que saltam de 425 mil cabeças para 730 mil cabeças no período 1997-2005 (Figura 9).

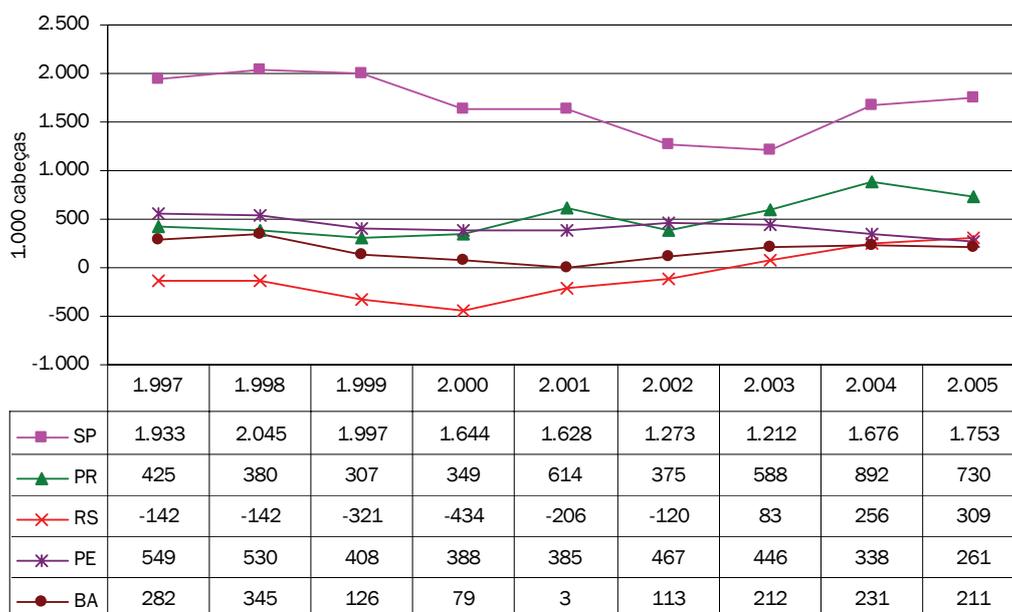


Figura 9 - Balanço do Rebanho nas Unidades Federativas Compradoras de Boi, Brasil, 1997-2005.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Importante salientar que tais desempenhos têm como explicação a importância dessas unidades da Federação, em especial São Paulo, nas exportações brasileiras de carne bovina. Nesse sentido, a divisão territorial das operações produtivas do principal circuito pecuário brasileiro tem como origem a concentração do rebanho na fronteira de expansão, de onde partem animais para terminação (e mesmo carne fresca não retalhada) para as estruturas frigoríficas localizadas nas regiões de pecuária tradicional, onde os animais são terminados e depois abatidos (e as carnes beneficiadas em cortes desejáveis para o comércio), para então serem distribuídos nas grandes metrópoles do Sul-Sudeste ou destinados ao mercado externo.

Isso porque, do lado das unidades da Federação fornecedoras de boi, existem aquelas situadas na fronteira de expansão agropecuária, com destaque para Mato Grosso, cujas vendas de animais aumentaram de 1,6 milhão de cabeças para 2,0 milhões de cabeças no período 1997-2005, seguido do Pará, que forneceu aproximadamente 860 mil animais em todo período 1997-2005. Minas Gerais, que em 1997 vendia 1,1 milhão



de animais, reduziu drasticamente esse comércio a partir de 2002, tendo vendido 524 mil animais em 2005, diminuição relevante também verificada em Goiás, onde o número de animais vendidos vivos recuou de 974 mil para 344 mil animais no mesmo espaço de tempo (Figura 10).

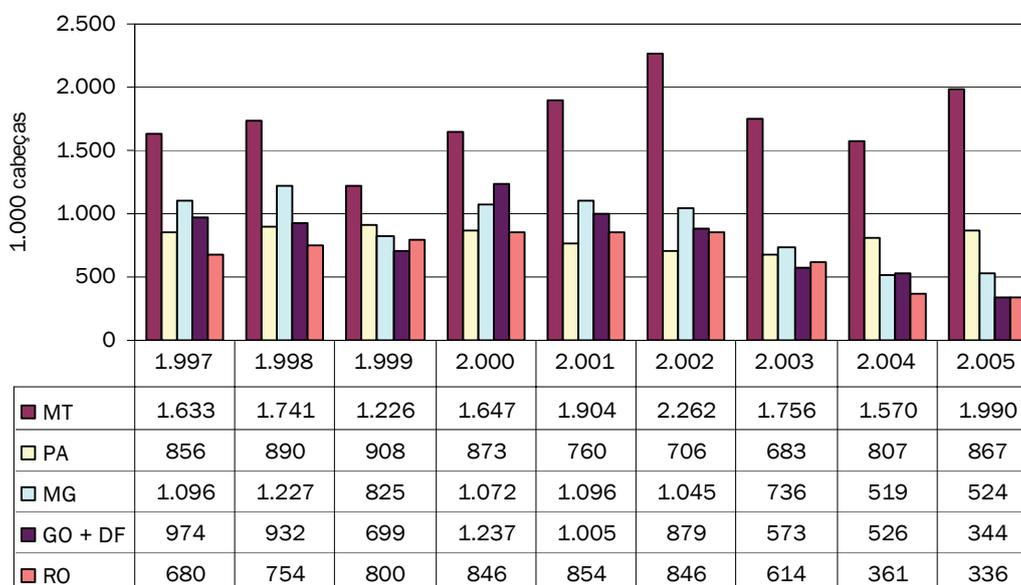


Figura 10 - Balanço do Rebanho nas Unidades Federativas Fornecedoras de Boi, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Essa queda observada em algumas unidades fornecedoras de animais, dado o saldo positivo do balanço dos respectivos rebanhos, tem como explicação relevante o uso mais intenso de mecanismos conhecidos como “guerra fiscal” para atraírem investimentos, dentre eles a construção de unidades frigoríficas para abate de animais. O uso agressivo desse mecanismo, no caso dos frigoríficos, foi acirrado quando a reforma tributária entrou na pauta dos debates no Congresso Nacional, onde os grupos de pressão de defesa da continuidade da alavancagem do investimento na fronteira agropecuária, mediante instrumentos fiscais, correram para buscar garantir, por um período razoável de tempo, a permanência dos benefícios já consagrados. Muitas unidades da Federação passaram a adotar, então, de maneira tempestiva, ações de fornecer benefícios fiscais.

A evolução da terminação de bovinos, submetidos ao processo de engorda com vista ao abate, revela uma elevação de patamar entre os últimos anos do século passado e os primeiros deste século XXI, na medida em que em 1997 foram terminados 4,0 milhões de cabeças; em 2005, esse número atingiu 5,6 milhões de cabeças (Figura 11).

A estrutura dos pecuaristas terminadores, é a mais consistente dentro da sequên-

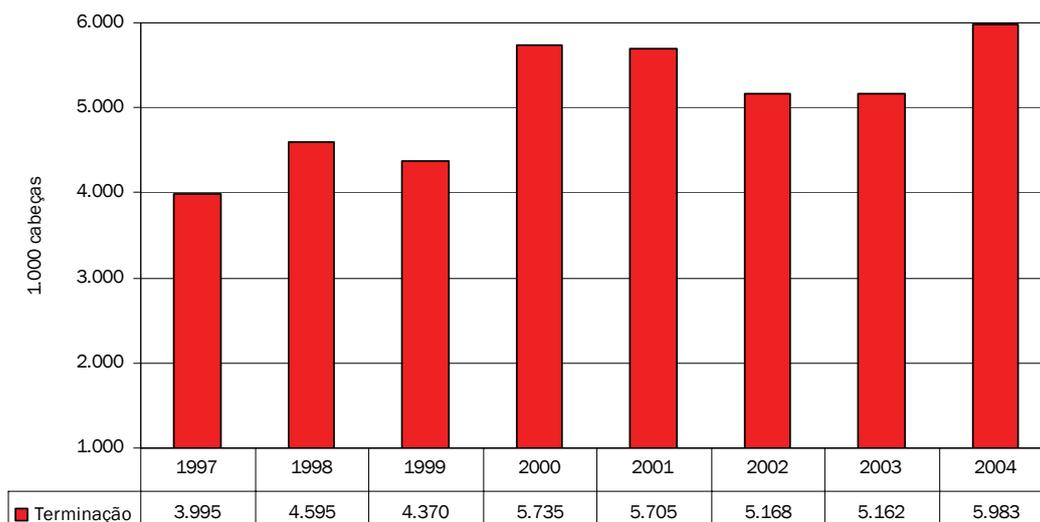


Figura 11 - Terminação de Bovinos, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

cia de produção de carne bovina, na medida em que um número expressivo termina bois comprados de terceiros.

Dentre os processos de terminação, destaca-se o confinamento, no qual sobressai a estrutura paulista, que em 1997 engordou 510 mil cabeças e em 2005 atingiu 598 mil cabeças. O confinamento de bovinos cresce nas unidades da Federação localizadas no Brasil central, ou seja, tanto em Goiás (155 mil cabeças para 352 mil cabeças), em Mato Grosso (120 mil cabeças para 308 mil cabeças) e em Mato Grosso do Sul (Figura 12). A liderança paulista decorre da abundância de alimentação barata e de qualidade na forma de resíduos agroindustriais (como a polpa cítrica), o mesmo acontecendo no Brasil central, onde as opções de ração são elevadas pela força da lavoura regional.

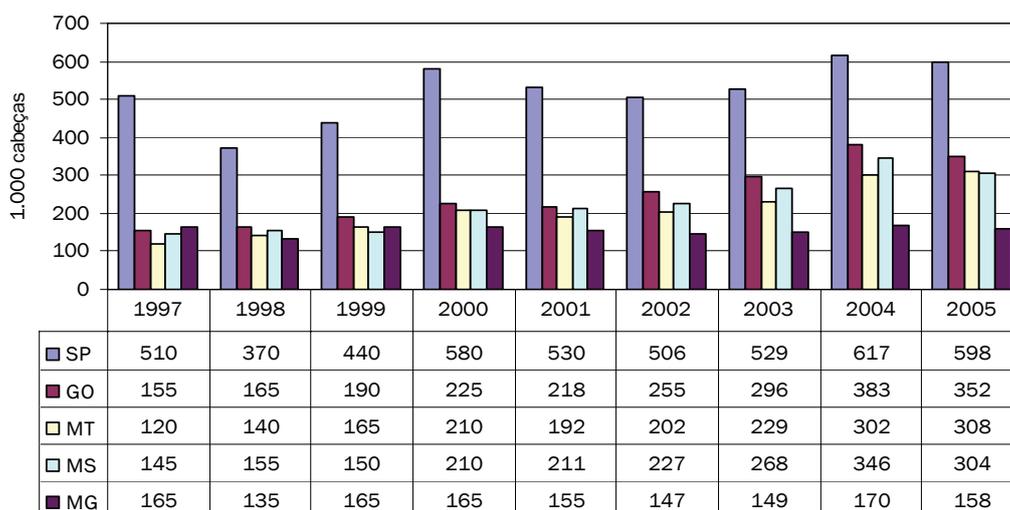


Figura 12 - Confinamento de Bovinos por Unidade da Federação, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).



Nos semiconfinamentos aparecem as mesmas unidades da Federação, mas em posições diferentes, sendo a liderança ocupada pelo Mato Grosso do Sul, que em 1997 tinha 175 mil animais nesse sistema de engorda, e em 2005 tinha 398 mil animais. Nesse caso, vem seguido de perto por Mato Grosso (190 mil para 390 mil), por São Paulo (145 mil para 383 mil) e por Goiás (190 mil para 368 mil) (Figura 13). Dessa maneira, há um significativo incremento na adoção desse regime de engorda nos anos recentes e, nesse movimento, São Paulo e Minas Gerais (em menor grau) mantêm-se entre as mais importantes da pecuária nacional, apesar da indicação de que as unidades da Federação da fronteira do circuito pecuário ganham terreno na engorda de bois para abate, tanto no tocante aos semiconfinados como aos confinados.

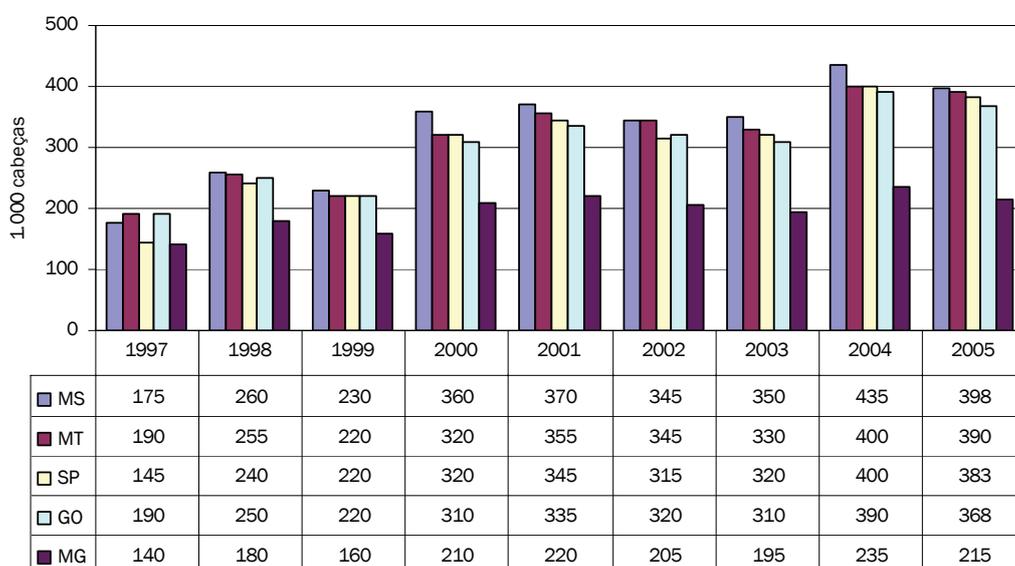


Figura 13 - Semiconfinamento de Bovinos por Unidade da Federação, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

As razões que sustentam a manutenção desse fluxo de produtos, dentro do circuito brasileiro produtor de carne bovina organizado no modelo difuso, estão associadas às exportações e à concentração do mercado interno no Sul-Sudeste. O abastecimento interno absorveu em 2005, mesmo depois do “boom” exportador de carne bovina, cerca de 6,0 milhões das 7,9 milhões de t produzidas, com o que, por questão de escala, o direcionamento do fluxo criação-abate segue a trajetória que conduz para os grandes mercados. A estruturação da logística da qualidade de produtos e de processos tem papel relevante na configuração da distribuição espacial da estrutura produtiva, uma vez que a capacidade de promover garantia de segurança alimentar, que se mostra fundamental para a exportação e exigência crescente em segmentos expressivos da sociedade



brasileira, não está distribuída de forma equânime no território.

As quantidades de carne bovina exportadas pelo Brasil cresceram de 928 mil t em 2002 para 1,9 milhão de t em 2005, dentro das quais a carne bovina *in natura* avançou de 559 mil t para 1,4 milhão de t em 2005. Nas carnes processadas, o ritmo de incremento foi muito menor, saindo de 369 mil t para 447 mil t no período 2002-2005 (Figura 14). Desde logo esses indicadores mostram que a inserção brasileira no mercado internacional de carne bovina está delineada na venda de produtos com baixa agregação de valor, com concorrência se dando basicamente em preços, e avanços derivados da capacidade de ofertar carnes a preços muito menores que os principais concorrentes.

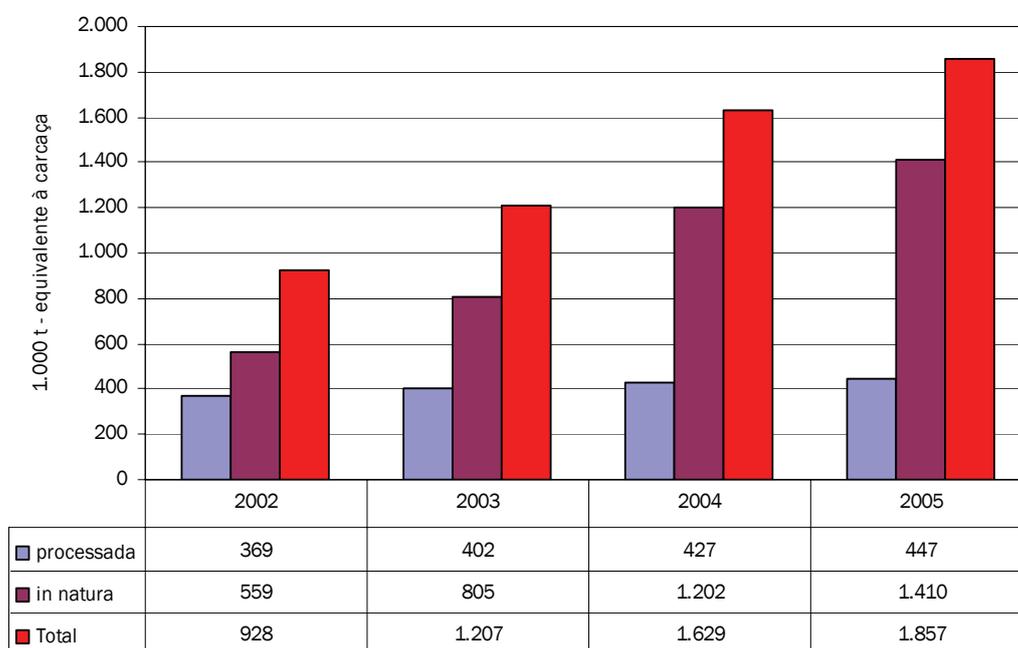


Figura 14 - Quantidade Exportada de Carne Bovina por Tipo, Brasil, 2002-2005.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

A presença de São Paulo nas exportações brasileiras de carne bovina se mostra expressiva, tendo evoluído de 681 mil t para 1,1 milhão de t no período 2002-2005, representando mais de 70% das exportações nacionais no triênio 2002-2004. Em 2005, atingiu 62% (Figura 15) em função de que a descoberta da ocorrência de focos de aftosa no Mato do Grosso do Sul levou a embargos de diversas nações à carne brasileira, com as medidas evoluindo para embargos por origem que incluíram São Paulo, tais como os principais deles pela magnitude das compras aplicados pela União Europeia e a Rússia (este levantado em outubro de 2006).

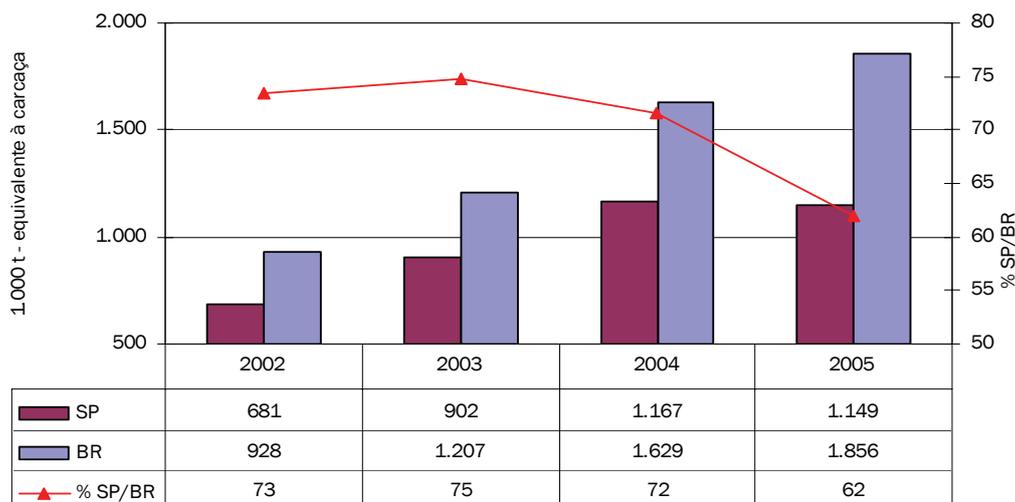


Figura 15 - Exportações Brasileiras de Carne Bovina, Estado de São Paulo, 2002-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

A expectativa mais generalizada entre os analistas do mercado é a de que, voltando à normalidade com o fim dos embargos, a representatividade das exportações paulistas, por razões de eficiência logística e de certificação de qualidade, retorne ao seu patamar histórico. Os indicadores, ao mostrar a enorme concentração das exportações brasileiras de carne realizadas a partir de São Paulo, vêm reforçar o argumento de que estrutura o modelo difuso do circuito de pecuária de corte nacional. O mesmo segue a lógica econômica de que atividades com menor valor agregado e exigindo grandes superfícies de terra para pastagens vão progressivamente sendo deslocadas para espaços geográficos mais distantes; a criação de animais segue em direção à fronteira de expansão e aquelas menos intensivas em terra e de maior valor agregado se concentram no centro gerador da demanda. Assim, aumentar restrições às pastagens em São Paulo corresponde a empurrar a pecuária floresta adentro na fronteira amazônica.

Essa constatação ganha contornos ainda mais significativos dentro de uma estratégia de agregar valor aos produtos exportados de carne bovina, aumentando a parcela de vendas de carne processada no volume total comercializado. Tomando a comparação entre as exportações paulistas e brasileiras de carne bovina, verifica-se que as vendas paulistas de carne *in natura* crescem de 377 mil t para 786 mil t no período 2002-2005, enquanto as brasileiras aumentaram de 559 mil t para 1,4 milhão de t no mesmo espaço temporal, revelando queda da participação paulista (de 67,4% para 55,8%). Quando se comparam as carnes processadas, o resultado se mostra distinto, com a participação paulista praticamente se mantendo (82,4% em 2002 e 81,2% em 2005), em função de que as vendas externas paulistas aumentaram de 304 mil t para 363 mil t, e as brasileiras de 369 mil t para 447 mil t no período 2002-2005 (Figura 16).

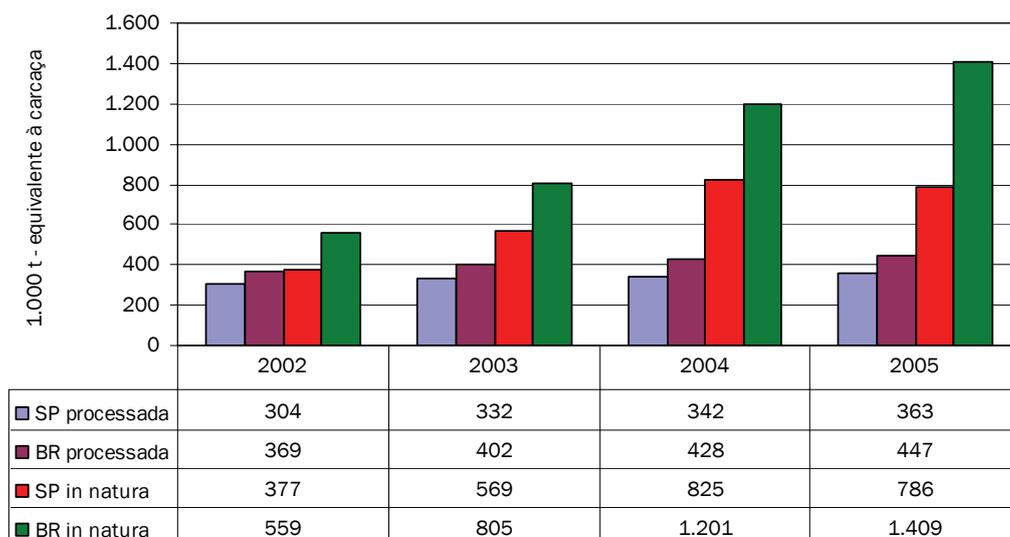


Figura 16 - Exportações Paulistas e Brasileiras de Carne Bovina, 2002-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Em síntese, a comparação entre os desempenhos paulista e brasileiro nas exportações de carne bovina, em função dos perfis de agregação de valor, mostra não apenas que os impactos da detecção do foco de aftosa sul-matogrossense foram decisivas nas vendas paulistas de carne frescas que sofreram embargo (a despeito da comprovada inexistência de aftosa em São Paulo), como demonstra que a principal agroindústria de agregação de valor também está implantada em terras paulistas. Não tendo sido objeto de embargo, as exportações paulistas de carne processada mantêm sua participação nacional.

A reflexão sobre o circuito produtor de carne bovina como um todo, revelando as diferentes conformações territoriais do rebanho mantido a pasto e das estruturas de terminação (engorda), revela que as questões locais estão pautadas por determinantes nacionais. Assim, se a carne bovina brasileira configura-se pela inexistência de sólidos mecanismos de coordenação vertical, há que se destacar também que o mesmo se verifica na conformação das políticas públicas, em especial no caso da certificação de qualidade e, dentro dela, da defesa sanitária. Isso porque, tal como a adoção de mecanismos de guerra fiscal, a ocorrência em uma unidade da Federação afeta outras, como foi o caso da febre aftosa onde o foco sul-matogrossense atingiu São Paulo com embargo. Se não houver uma solução republicana, surgirá mais um foco a aprofundar o conflito federativo brasileiro, ensejando uma “guerra sanitária” entre suas unidades.

3 - CADEIA DE PRODUÇÃO DE CARNE AVÍCOLA: dimensão territorial de modelo concentrado de sucesso

A produção brasileira de carne avícola representa um dos maiores sucessos competitivos da agricultura nacional, não apenas ampliando de forma substancial a oferta de proteína de qualidade a preços acessíveis no mercado interno, como ensejando notável movimento exportador. Tendo desenvolvido sólidos mecanismos de coordenação vertical, constitui-se em uma cadeia de produção plena carne na avícola. O desempenho produtivo foi invejável nos últimos anos, tendo passado de 6,0 milhões de t em 2000 para 9,3 milhões de t em 2005 (Figura 17). Esse ritmo de crescimento foi criado pelo vigor desse segmento produtivo, que sustentou avanços na produção com a mesma consistência com que construiu mercados.

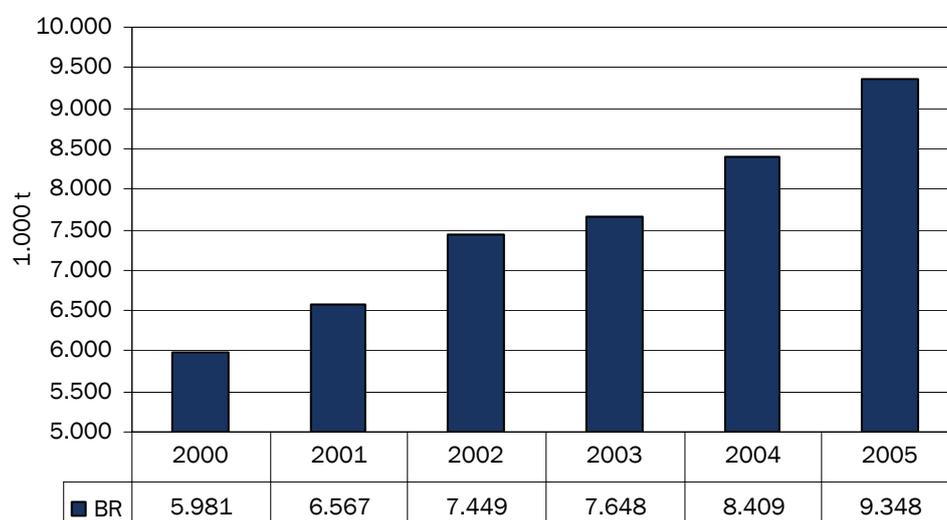


Figura 17 - Produção de Carne Avícola, Brasil, 2000-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Da ótica regional, a cadeia de produção de carne avícola concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, ambas com crescimento. Na região Sudeste, a quantidade ofertada evoluiu de 1,6 milhão de t para 2,5 milhões de t no período 2000-2005, enquanto na região Sul, o avanço foi das 3,3 milhões de t de 2000 para 5,0 milhões de t em 2005. As demais regiões apresentaram aumentos, como o Centro-Oeste (de 429 mil t para 963 mil t) e o Nordeste (513 mil t para 704 mil t) (Figura 18), mas sem afetar a liderança sulista. E esse movimento para outros locais, em especial para o Brasil central, se dá principalmente pela expansão das empresas das regiões líderes, o que garante a manutenção da solidez da cadeia de produção.



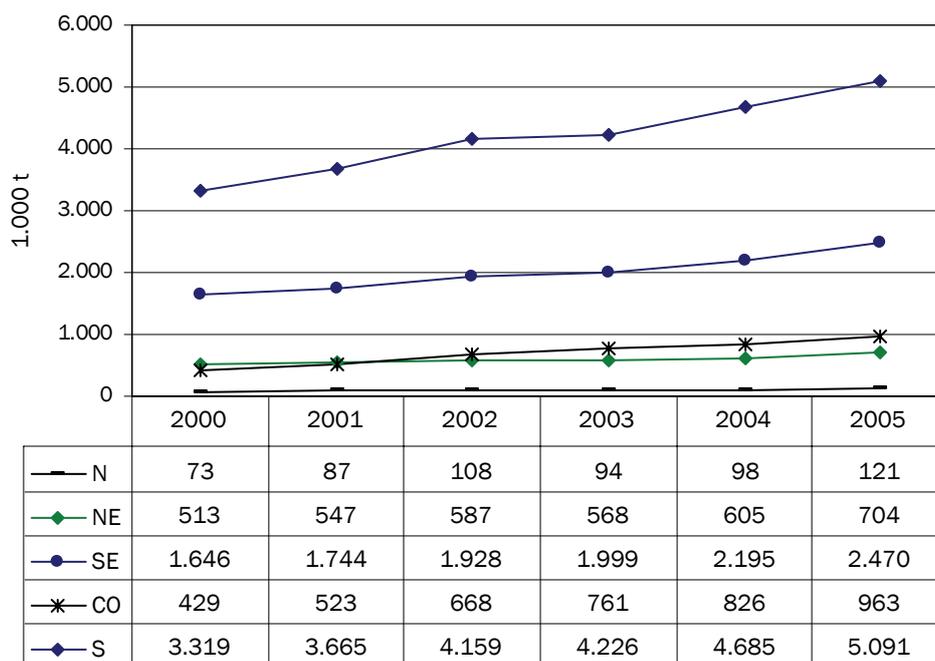


Figura 18 - Produção de Carne de Frango por Região, Brasil, 2000-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

No destaque das maiores unidades da Federação da ótica da produção de carne avícola, o Paraná liderou, no período 2000-2005, evoluindo de 1,1 milhão de t para 2,0 milhões de t, seguido de Santa Catarina, cuja oferta avançou de 1,1 milhão de t para 1,6 milhão de t. Nota-se também relevante aumento das produções gaúcha (1,0 milhão de t para 1,4 milhão de t), paulista (1,0 milhão de t para 1,6 milhão de t) e goiana (170 mil t para 552 mil t), ainda que sem alterar de forma significativa a distribuição regional (Figura 19). A tendência esperada de que essa atividade se deslocasse no sentido do Brasil central parece estar se arrefecendo, não apenas porque as regiões Sul e Sudeste produzem grãos em quantidade razoável, permitindo alimentação suas granjas, mas também porque há a produção argentina que, por razões fiscais e cambiais, pode ser relevante nesse sentido.

A força exportadora da cadeia de produção de carne avícola pode ser mensurada pelo crescimento vertiginoso do período 2000-2005, quando passou de 966 mil t para 3,0 milhões de t (Figura 20). As perspectivas de continuidade desse processo estão condicionadas principalmente às questões de ordem sanitária como a gripe aviária, que têm propiciado a discussão e mesmo adoção de barreiras não tarifárias de cunho sanitário por diversas nações, além do próprio refluxo do consumo em muitas delas. De qualquer maneira, nada indica que esse processo tenha afetado a agroindústria do frango brasileiro, que vem mantendo elevado dinamismo tecnológico e tem conseguido superar as difi-

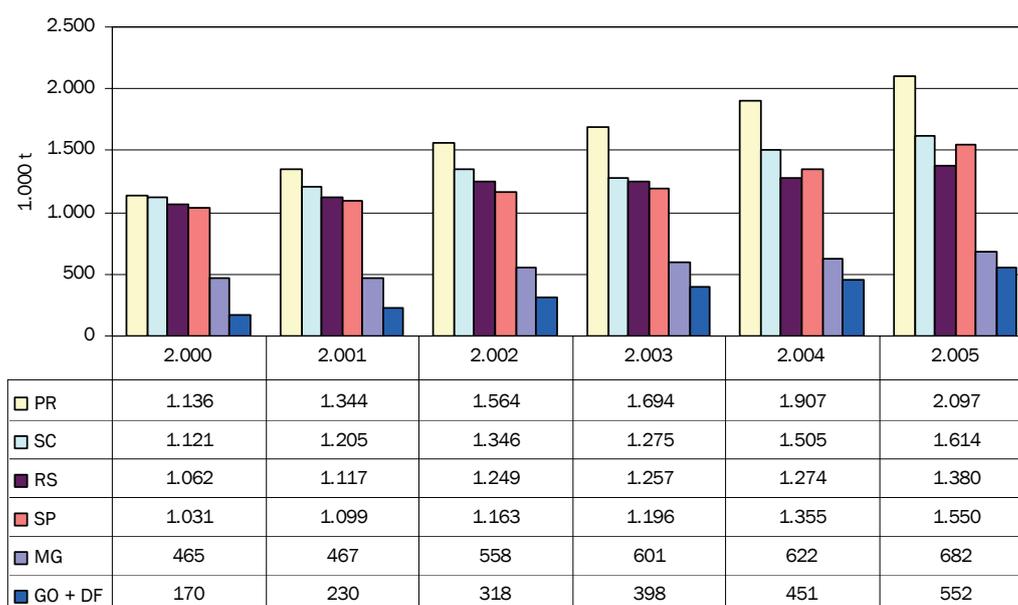


Figura 19 - Produção de Carne Avícola pelas Principais Unidades Federativas, Brasil, 2000-2005.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

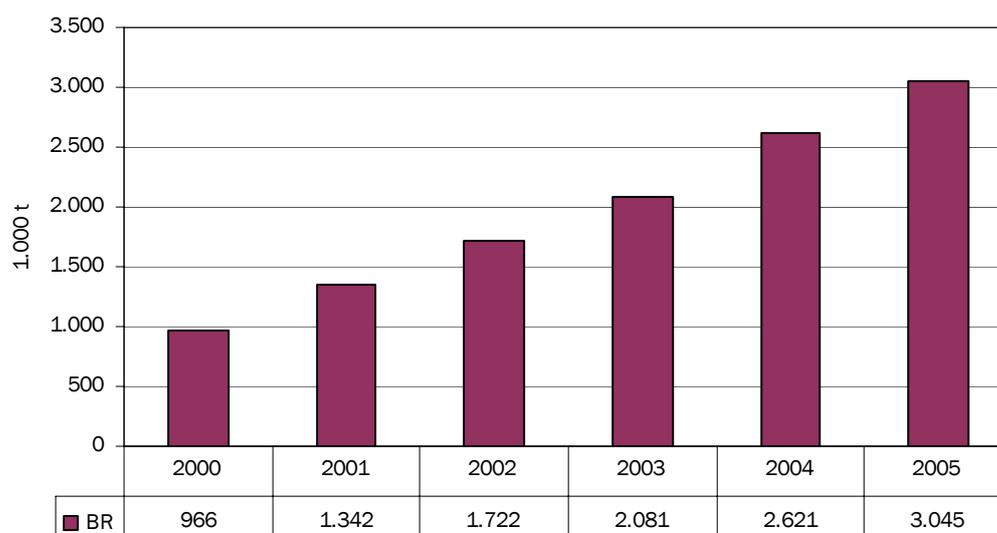


Figura 20 - Exportações de Carne Avícola, Brasil, 2000-2005.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em IEA (2010).

culdades que por ventura tenham se interposto ao seu processo de expansão. As perspectivas da produção brasileira de grãos, não apenas nos cerrados como muitas vezes se tem focado essa atividade, mas também pela importante contribuição do Sul e Sudeste, representam outro elemento que aponta para uma continuidade do crescimento da cadeia de produção de carne avícola.



As exportações da cadeia de produção de carne avícola concentram-se nas unidades da Federação do Sul-Sudeste, lideradas ainda pela estrutura do núcleo original dessa cadeia representada pela produção catarinense, cujas vendas externas evoluíram de 438 mil t para 844 mil t no período 2000-2005. Elas foram assediadas pela paranaense, que virtualmente ocupará a liderança nos próximos anos, pois, nesse mesmo espaço temporal, evoluiu de 257 mil t para 840 mil t. Avançam também as transações externas com frango gaúcho (211 mil t para 724 mil t) e, impulsionadas pela localização estratégica, o maior mercado consumidor localizado na rota das exportações de grãos, a paulista (26 mil t para 255 mil t) (Figura 21).

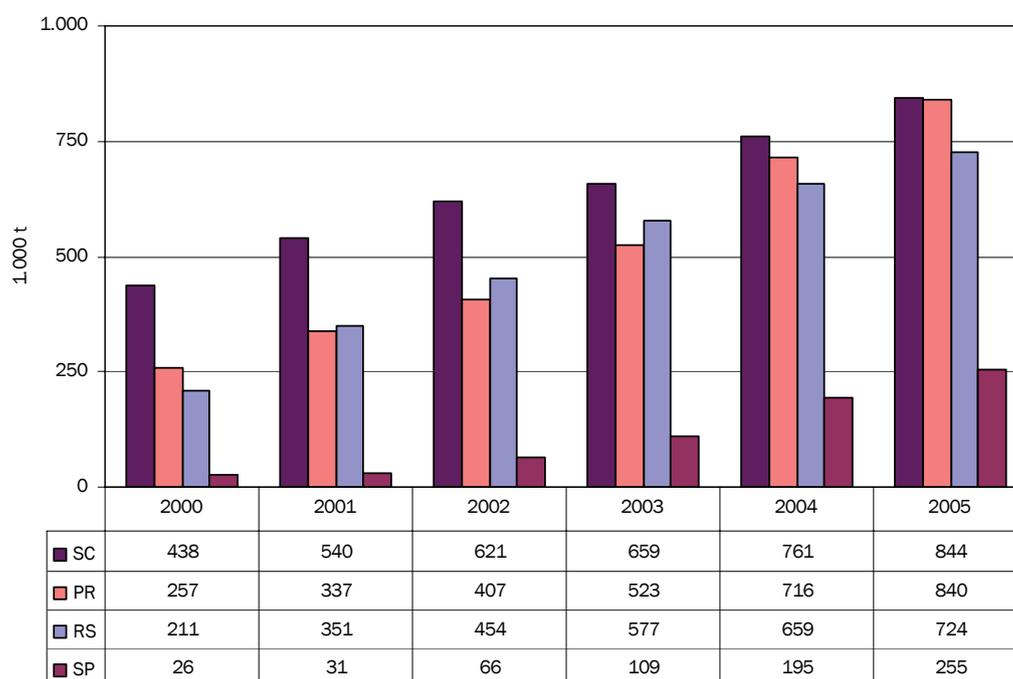


Figura 21 - Exportações de Carne Avícola pelas Principais Unidades Federativas, Brasil, 2000-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IEA (2010).

As perspectivas de médio prazo para a cadeia de produção de carne avícola consiste em que a concentração territorial de sucesso tende a ser aprofundada e ampliada, em especial pelos constrangimentos sanitários que, mesmo que se realizem de forma crescente apenas no plano potencial, produzem resultados objetivos no nível da produção concreta. Isso afeta decisões de investimento e principalmente, face às crescentes exigências das nações importadoras, as perspectivas sanitárias e de qualidade de produto e processo no seu todo, tenderão para dar maiores possibilidades às unidades da



Federação melhor aparelhadas para lidar com os problemas, o que acaba conformando uma vantagem competitiva palpável para a região Sul-Sudeste.

Dentre as diferentes atividades de produção de proteína animal, a cadeia da carne avícola se mostra aquela que, de forma inequívoca, detém os valores estruturais capazes de ensejar movimento consistente de crescimento nos próximos anos, superando os obstáculos que se interponham nesse caminho. O que a diferencia das demais é exatamente a imensa capacidade de coordenação vertical, dada a estrutura de integração contratual organizada, não presente por exemplo na sequência produtiva da pecuária de corte, apesar do também significativo avanço das exportações de carne bovina. A oferta de proteína animal de qualidade a preços acessíveis que toma conta do consumo interno serve também como alavanca, ganhando em escala, para o avanço exportador. No que diz respeito à territorialidade, por muitos anos, dada a estrutura econômica atual, deverá concentrar-se nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, tanto para o abastecimento interno como para as vendas externas. Apenas a ampliação em muito de vantagens fiscais poderia promover um movimento na direção de outras regiões brasileiras.

4 - PRODUÇÃO DE CARNE SUÍNA: dimensão territorial de um fluxo da produção ao consumo marcado pela dicotomia

A produção brasileira de carne suína apresenta realidades que se contradizem numa leitura prospectiva, uma vez que não se encontra um universal capaz de determinar a dinâmica da atividade. A produção brasileira evoluiu de 1,5 milhão de t em 1997 para 2,9 milhões de t em 2002, mas perdeu ritmo desde então, recuando para níveis menores, com o que alcançou 2,7 milhões de t em 2005. O que se mostra interessante destacar consiste no fato de que o abate inspecionado mantém avanço contínuo, saltando de 1,0 milhão de t em 1997 para 2,2 milhões de t em 2005, e que isso se dá conquistando espaço exatamente do abate não inspecionado, o qual, após crescer de 538 mil t em 1997 para 1,1 milhão de t em 2001, passa a ser decrescente atingindo 553 mil t em 2005, nível equivalente ao verificado em 1997 (Figura 22). Essa se constitui na dicotomia básica da produção suinícola.

Entretanto, essa dicotomia básica se desdobra em pelo menos mais um conceito, representado pela distinção de lógicas entre a atividade suinícola praticada com base em mecanismos consistentes de coordenação vertical e o outro segmento, que opera como uma sequência de produção tradicional, não existindo relações contratuais entre frigoríficos e criadores. Naquela coordenada verticalmente, há que se destacar os expressivos ganhos em termos de consistência operacional da logística, pois parcela majoritária ocorre de forma complementar à cadeia de produção de carne avícola, na sua maioria pelas

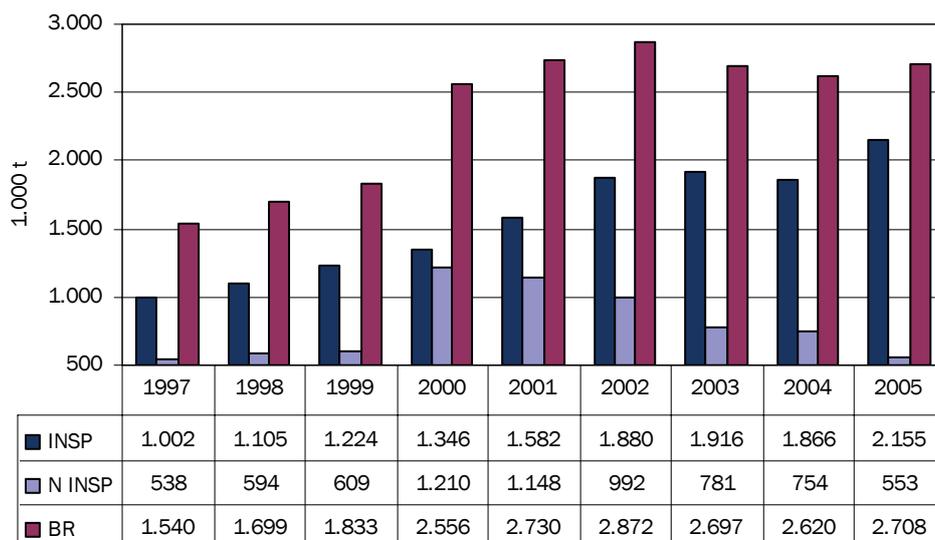


Figura 22 - Produção de Carne Suína, Brasil, 1997-2005.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBGE (2008) e ANUALPEC (2006).

mesmas empresas e nos mesmos moldes de integração contratual. Essa diferenciação configura-se na motora das mudanças dentro da atividade “formal” de produção suinícola.

Numa leitura da distribuição regional da produção suinícola inspecionada, verifica-se que a região Sul configura-se na principal produtora, com a oferta tendo crescido de 822 mil t em 1997 para 1,5 milhão de t em 2005, seguida do Sudeste, onde evoluiu de 113 mil t para 333 mil t e do Centro-Oeste, onde avançou de 51 mil t para 265 mil t no período 1997-2005 (Figura 23). Em linhas gerais, os incrementos da produção sulista e do Brasil central derivam de que, na sua maioria, esse processo vem sendo capitaneado pelas empresas atuantes na cadeia de produção de carne avícola, o que não ocorre na mesma proporção na região Sudeste. Esse movimento de ampliação da produção realizada com integração contratual típica de mecanismos superiores de coordenação vertical está configurando o futuro da atividade no Brasil.

A ressalva a ser feita, revelada exatamente por não estar explícita nas estatísticas regionais, consiste nos efeitos desse processo sobre a produção “informal”, que ocorre de maneira generalizada na realidade nordestina, daí a sua pequena expressão na análise realizada e, em certa medida, mesmo em espaços da região Sudeste. Ela pode ser encontrada inclusive em espaços periurbanos da capital paulista e da sua região metropolitana, sendo provavelmente a mais relevante parcela “informal” da produção de proteína animal, somente comparável ao “leite de canequinha” das leiterias interioranas. Há referências de relevantes problemas de saúde pública decorrentes do consumo dessa

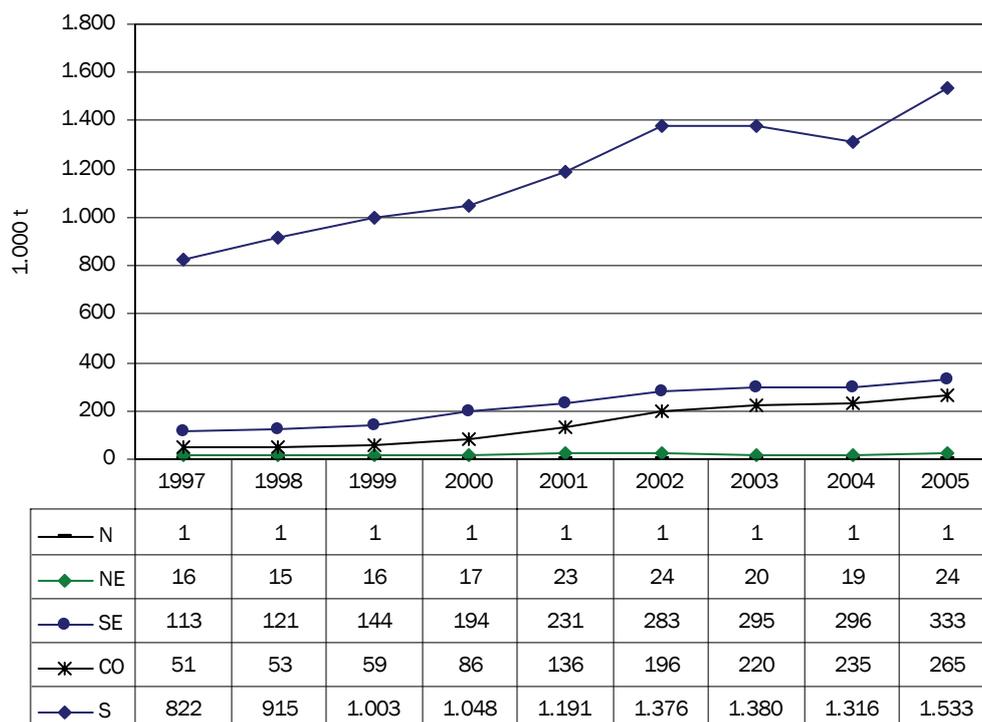


Figura 23 - Produção de Carne Suína por Região, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBGE (2008).

carne suína informal, mas há outra questão a ser considerada, e que diz respeito ao elemento econômico e social envolvido nela.

Tanto nos espaços nordestinos como nos periurbanos das regiões metropolitanas, a produção suína informal ajuda a construir a renda das famílias envolvidas além da contribuição na alimentação. Daí, a generalização dos padrões sanitários da produção formal, típicos da “qualidade urbana”, produzirá efeitos perversos nas comunidades afetadas, impactos esses tanto maiores quanto a expressão da “produção informal”. Somando-se a essa importância econômica e social, há outra de caráter cultural, pois ainda se mostra corrente a percepção entre a população envolvida, por vezes referenciada em muitas posturas urbanas, de que a carne suína de granja se mostraria menos saborosa que a carne suína do “porco de chiqueiro”. Trata-se do mesmo caminho a ser percorrido pelo frango de granja na carne avícola, cujo avanço se dará pela supremacia em termos de preços mais acessíveis. Há que se frisar que essa trajetória configura-se como um elemento intrínseco de elevada regressividade com desdobramentos regionais relevantes a médio e longo prazo.

Consideradas essas ressalvas, pode-se prosseguir na análise da carne suína formal, focando a distribuição da produção por unidade da Federação brasileira. A liderança no período 1997-2005 coube a Santa Catarina, núcleo pioneiro também da moderna



cadeia de produção de carne avícola, cuja oferta de carne suína subiu de 432 mil t para 730 mil t no espaço temporal considerado. Em seguida, vem a produção gaúcha, que avançou de 201 mil t para 435 mil t, e a paranaense, que cresceu de 189 mil t para 368 mil t. Merece destaque, pelo ritmo de crescimento, o desempenho da carne suína mineira, que saltou de 50 mil t em 1997 para 218 mil t em 2005 e da goiana, que de meras 10 mil t aumentou para expressivas 129 mil t no mesmo espaço temporal (Figura 24). Em linhas gerais, a carne suína segue a trilha de outra produção granjeira, a de carne avícola, da qual segue, inclusive, os passos estruturantes dos mecanismos de coordenação vertical.

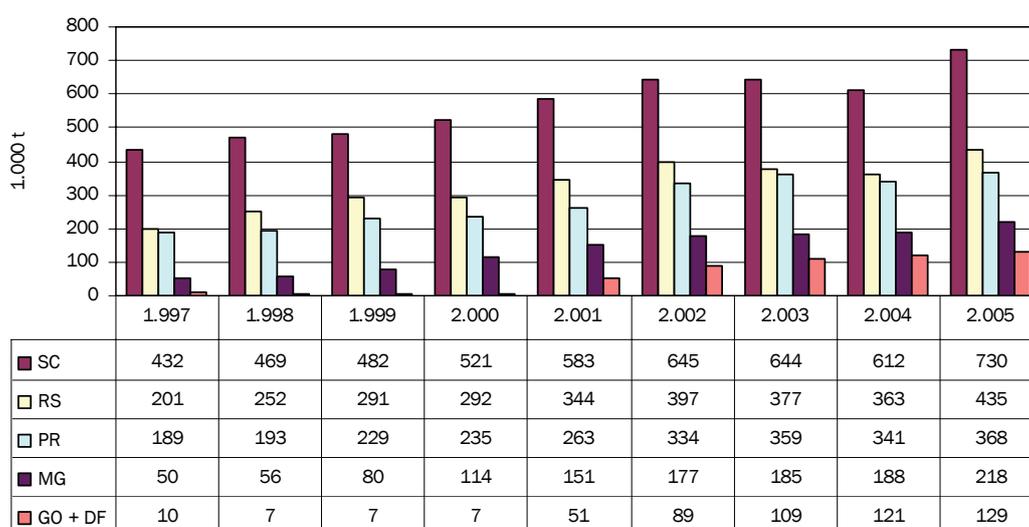


Figura 24 - Produção de Carne Suína Inspeccionada por Principais Unidades Federativas, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBGE (2008).

As exportações brasileiras de carne suína seguem o desenho acima referido, concentrando-se nas unidades da Federação onde a estrutura produtiva se reproduziu nos moldes da carne avícola. A despeito de não ter acompanhado o ritmo da carne avícola nos últimos anos, as exportações brasileiras de carne suína concentram-se em Santa Catarina onde, após crescimento de 19 mil t para 217 mil t no período 2000-2002, apresenta-se forte redução para 93 mil t em 2003, patamar do qual retoma crescimento para alcançar 209 mil t em 2005. As exportações gaúchas e paranaenses, também unidades da Federação avícolas, mostram incrementos partindo de praticamente inexistente em 2000 para alcançarem 75 mil t e 68 mil t, respectivamente, em 2005 (Figura 25).

A leitura da dimensão territorial da produção brasileira de carne suína dá conta de uma crescente hegemonia da estrutura integrada da produção sulista, que ganha espaços no Sudeste e no Brasil central como produção granjeira de alto desempenho, com

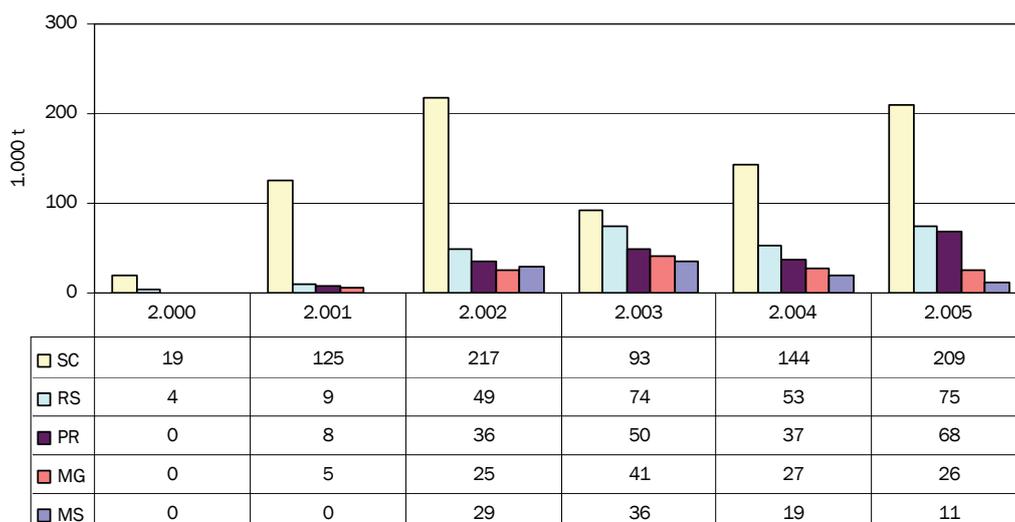


Figura 25 - Exportação de Carne Suína por Principais Unidades Federativas, Brasil, 2000-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IEA (2010).

padrões sanitários rígidos e coordenação vertical marcada pela integração contratual. Exatamente essa produção de carne suína ganha espaço nas exportações, em movimentos complementares aos da carne avícola, e no mercado interno pela generalização dos padrões “urbanos” de qualidade, que vêm ganhando expressão pela imensa campanha midiática de difusão desses valores e pela expressão do noticiário sobre o comportamento dos consumidores de países desenvolvidos no surgimento de um problema sanitário agudo.

A educação para a “qualidade”, que progressivamente vai ganhando expressão dominante nas grandes regiões metropolitanas, também se espalha pelo interior pelo acesso mais amplo à televisão e pela multiplicação dos supermercados como equipamento cada vez mais dominante no varejo. Ressalte-se que a urbanização se configura como um fenômeno crescente também no interior, onde a busca de acesso a serviços urbanos leva famílias a deixarem a “roça” e a residirem em pequenas cidades, ainda que continuem a trabalhar no campo. Essa configuração pressiona extremamente a produção “informal” que recua de maneira significativa (apesar de sua relevância econômica e social), construindo a realidade em que prevalece a moderna estrutura produtiva dos suínos das granjas.

5 - SEQUÊNCIA DE PRODUÇÃO DE OVOS: crescimento e dimensão territorial de atividade avícola não agroindustrial

Diferentemente da produção de carne suína, em que avança a estrutura produtiva com maior similaridade em relação à cadeia de produção de carne avícola, na sequência



de produção de ovos, a despeito de ser um ramo da avicultura, não se encontra a evolução para mecanismos de coordenação vertical de conteúdo semelhante. Ainda que se trate de produto perecível na sua forma *in natura*, dada a reduzida vida de prateleira, nesse segmento produtivo verifica-se a prevalência da dominância do capital comercial, e não do capital agroindustrial, conformando dessa forma estratégias e desempenhos resultantes de causas distintas. Na atividade granjeira, a manutenção dos plantéis de postura atendem a genéticas, alimentação e manejo criatórios diferenciados em relação ao frango de corte, ainda que submetidos aos mesmos constrangimentos sanitários. Conquanto essas diferenças devam ser observadas, a produção brasileira de ovos vem mostrando enorme dinamismo nos últimos anos, tendo saltado de 1,0 bilhão de dúzias em 1997 para 1,9 bilhão de dúzias em 2005 (Figura 26). Em outras palavras, a produção brasileira de ovos se mostrou dinâmica.

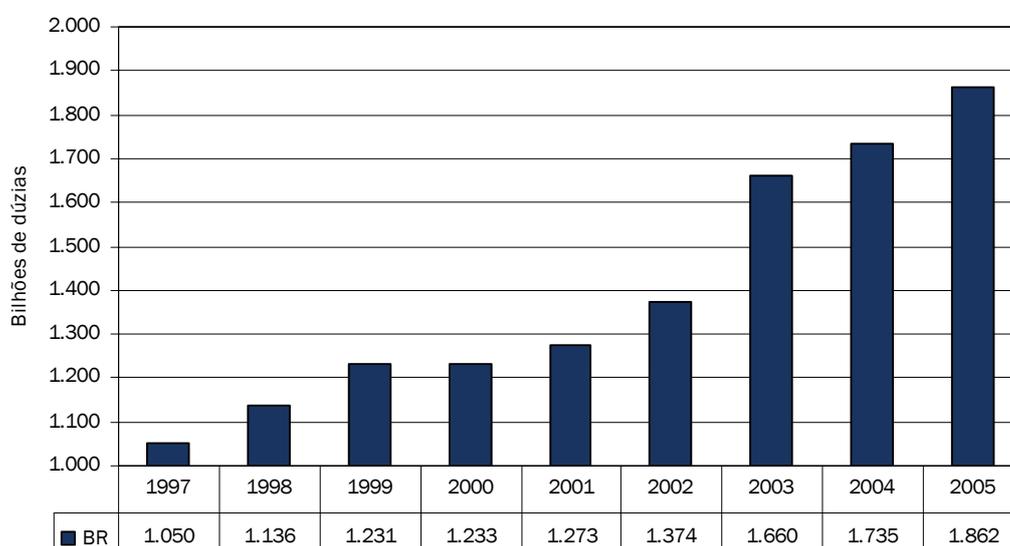


Figura 26 - Produção de Ovos, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

A distribuição regional da produção brasileira de ovos revela a expressiva hegemonia da região Sudeste, na qual a oferta saltou de 583 milhões de dúzias em 1997 para 1,0 bilhão de dúzias em 2005, seguida da região Nordeste, cuja quantidade obtida saltou de 158 milhões de dúzias para 314 milhões de dúzias no mesmo espaço temporal, suplantando a região Sul que evoluiu de 201 milhões de dúzias para 289 milhões de dúzias. Na região Centro-Oeste, ocorreu avanço de 78 milhões de dúzias para 152 milhões de dúzias no período 1997-2005 (Figura 27). Em linhas gerais, o que se nota para a sequência de produção de ovos consiste em que a configuração da sua distribuição

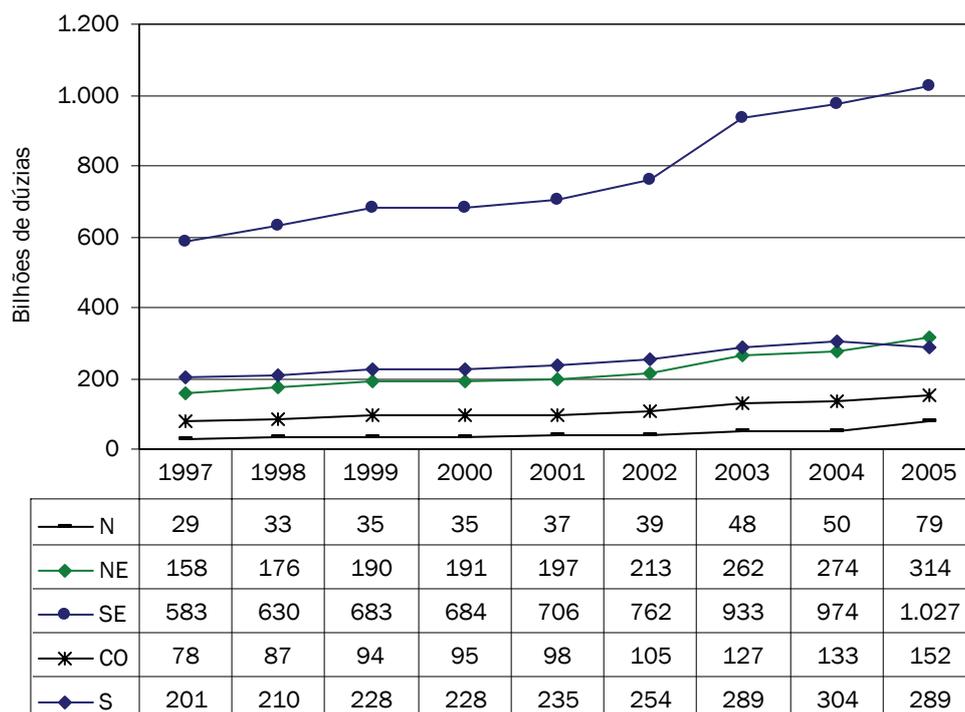


Figura 27 - Produção de Ovos por Região, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

regional, bem como a direção do crescimento, mostra-se distinta daquela encontrada para a carne avícola. Logo, não faz o menor sentido tratá-la como tivesse dinâmica reflexa, pois embora seja avicultura, não se constitui reprodução da estrutura do frango de corte.

Dentre as principais unidades da Federação produtoras de ovos, emerge a liderança paulista, cuja produção evoluiu de 447 milhões de dúzias em 1997 para 696 milhões de dúzias em 2005, seguida pelas granjas mineiras, que aumentaram a oferta de 93 milhões de dúzias para 235 milhões de dúzias no período 1997-2005, superando o Paraná. Este Estado evoluiu em ritmo mais lento, aumentando de 104 milhões de dúzias para 159 milhões de dúzias, tal qual também aconteceu nas produções de ovos gaúcha e pernambucana (Figura 28). Assim, a região Sudeste tem a maior e mais dinâmica estrutura brasileira produtora de ovos.

Além de ser um alimento perecível, o que faz com que o consumo direto *in natura* pelas famílias deva se dar no espaço de poucas semanas, há outro elemento que é determinante para a condição estrutural do ovo enquanto sequência de produção, conformando frágeis mecanismos de coordenação vertical quando comparados com a carne avícola. Estima-se que o consumo das famílias represente algo em torno de 47% da produção brasileira de ovos, ou seja cerca de 0,9 bilhão de dúzias.

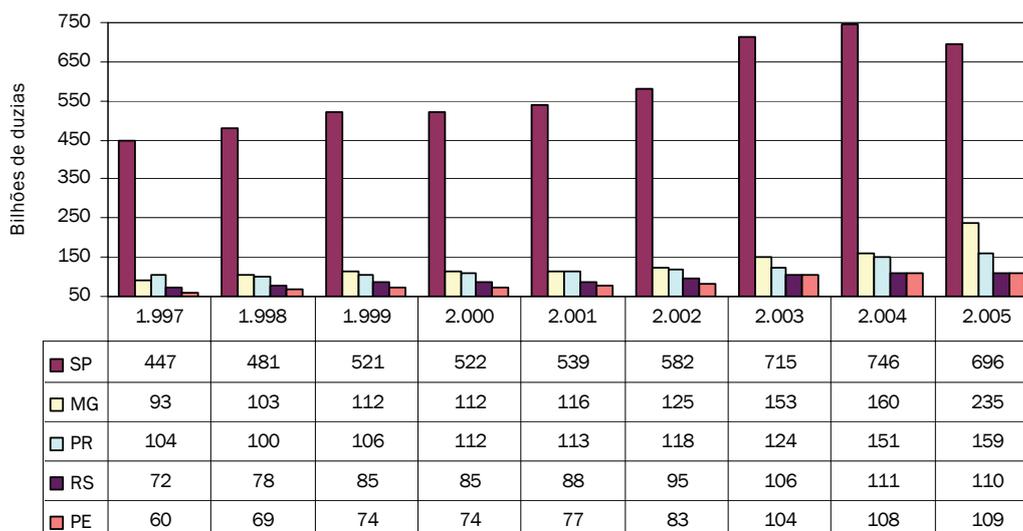


Figura 28 - Produção de Ovos por Principais Unidades Federativas, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

O restante do produto configura-se como ingrediente adquirido pelas agroindústrias de massas alimentícias, de matinais e confeitos e pelas padarias, apresentando um amplo e disperso mercado de transformação, atendidos pelos atacadistas de ovos. Assim, de um lado há a concentração da produção de ovos em que se localizam essas agroindústrias, ou seja próximas das regiões de consumo (importadoras) e/ou de produção de trigo, de outro praticamente elimina as possibilidades de conformação de mecanismos de coordenação vertical similares aos verificados, em que ocorre transformação agroindustrial, como se configura a produção de carne avícola. Por ser produto de baixo valor unitário, as perspectivas para a produção brasileira de ovos são de manter a concentração regional atual.

6 - SEQUÊNCIA DE PRODUÇÃO DE LEITE: crescimento e dimensão territorial de atividade agroindustrial fundamental

A sequência produtiva do leite, conquanto não tenha desenvolvido de forma generalizada um mecanismo dominante de coordenação vertical, apresenta na sua estrutura do fluxo produção-consumo a necessária passagem pela agroindústria processadora. Há um mercado informal de leite, que não apenas se mostra expressivo, como evolui no tempo, saltando de 7,6 bilhões de l em 2000 para 8,8 bilhões de l em 2005 (ANUALPEC, 2006). A produção total avançou de 18,7 bilhões de l em 1997 para 25,0 bilhões de l em 2005 (Figura 29), tendo sido esse crescimento compatível com o verificado para as atividades mais dinâmicas da economia brasileira no período recente.

Na ótica da distribuição regional, ocorre a supremacia da região Sudeste, cuja pro-

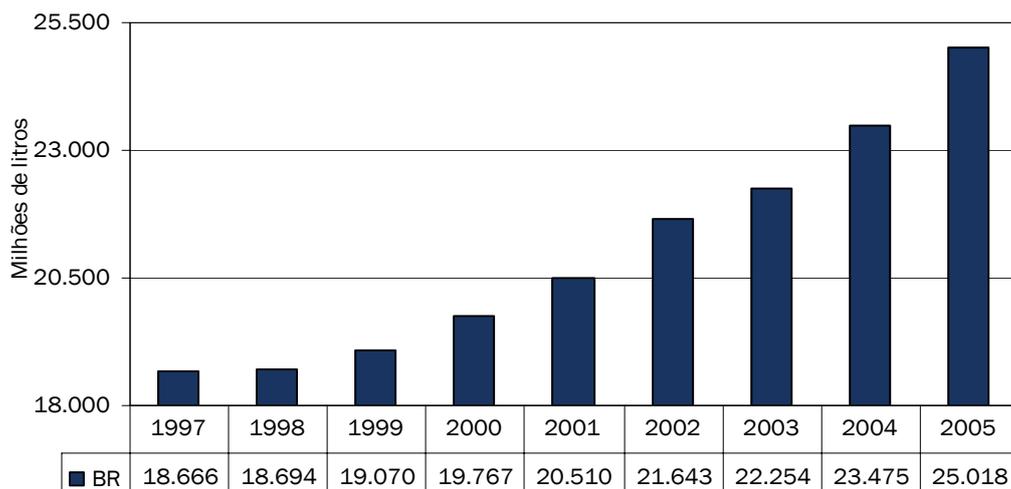


Figura 29 - Produção de Leite, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

dução evoluiu de 8,4 bilhões de l em 1997 para 9,8 bilhões de l em 2005, seguido da região Sul, que aumentou de 4,3 bilhões de l para 6,6 bilhões de l no mesmo período. Conquanto essas duas regiões somadas representem mais da metade do leite produzido no Brasil, mostra-se fundamental destacar que o crescimento da oferta ocorreu em todas as regiões brasileiras, sendo que no Centro-Oeste passou de 2,7 bilhões de l para 3,8 bilhões de l, no Nordeste de 2,4 bilhões de l para 2,9 bilhões de l e na Norte de 841 milhões de l para 1,9 bilhão de l (Figura 30).

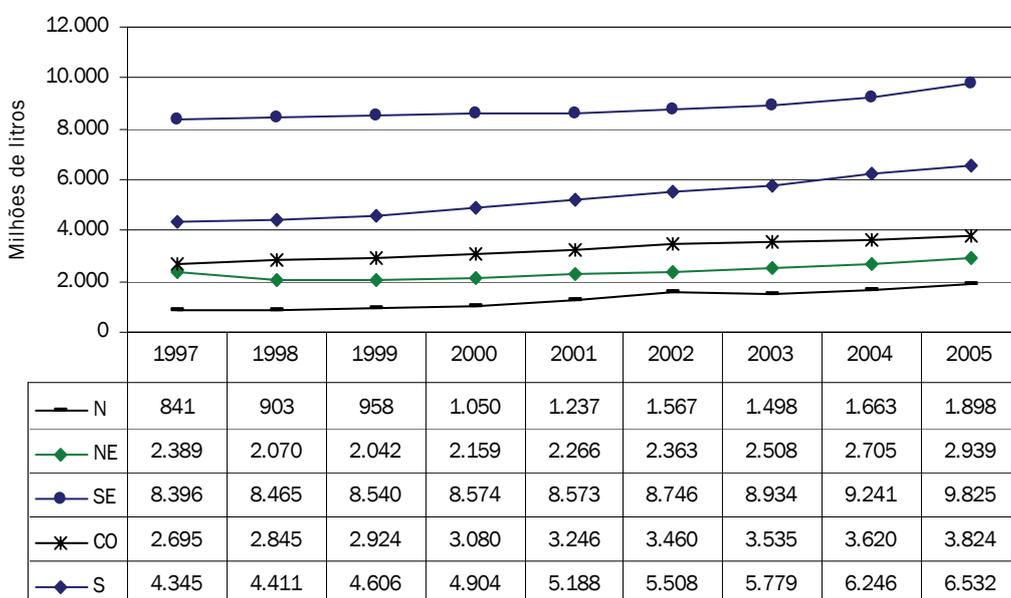


Figura 30 - Produção de Leite por Região, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).



Esse desempenho regional de crescimento generalizado, criando uma realidade difusa para o segmento brasileiro de leite e laticínios, conformou as diversas realidades em que distintas condições de produção são desenvolvidas. Uma das facetas mais problemáticas dessa situação consiste em que a produção “informal” de leite (não inspecionado) no Brasil, como já foi destacado anteriormente, atinge ainda a expressiva cifra de mais de 5,0 bilhões de l, padrão incompatível com os cânones da qualidade certificada (ANUALPEC, 2006).

Esse aumento foi relevante para diminuir a dependência externa do Brasil para o abastecimento do mercado interno de leite e, de certa maneira, derivou da “proteção cambial” em função da desvalorização da moeda nacional verificada logo após a mudança para o regime de câmbio flutuante na entrada de 1999, que encareceu o produto importado no exato momento em que a demanda crescia. Assim, respondendo ao crescimento da demanda, a produção de leite avança de maneira difusa e com enorme heterogeneidade estrutural, num processo em que apenas parcela, conquanto cada vez mais expressiva, conforma níveis de relação entre a pecuária e a agroindústria mais avançados.

Dentre as unidades da Federação, Minas Gerais ocupa posição de liderança inequívoca com a oferta crescendo de 5,6 bilhões de l em 1997 para 7,1 bilhões de l em 2005, seguida de Goiás, cuja produção avançou de 1,9 bilhão de l para 2,7 bilhões de l, do Paraná que evoluiu de 1,6 bilhão de l para 2,6 bilhões de l e do Rio Grande do Sul, onde a produção de leite saltou de 1,9 bilhão de l para 2,4 bilhões de l. Destoa desse comportamento as principais unidades da Federação produtoras de leite, como São Paulo, onde houve recuo de 2,0 bilhões de l para 1,8 bilhão de l (Figura 31).

A enorme heterogeneidade visível na estrutura brasileira produtora de leite e laticínios faz com que possam ser encontradas em praticamente todas as unidades da Federação, fato menos proeminente na região Sul, situações que vão desde o sistema arcaico, de ordenha manual e de coleta em latões, até modernas redes, com ordenha mecânica seguida de resfriamento, o que melhora substancialmente o padrão de qualidade do produto, ainda que isso implique numa relevante pressão para aumento de escala eliminando as menores unidades. Essa mudança da base técnica que vem se alastrando pelas bacias leiteiras conformam o futuro não muito distante da produção brasileira.

7 - PRODUÇÃO DE PESCADO: fragmentação estrutural forjando diferentes dinâmicas e distintas dimensões territoriais

A produção brasileira de pescado consiste numa enorme gama de experiências localizadas regionalmente, que respondem a realidades e estímulos distintos conforman-

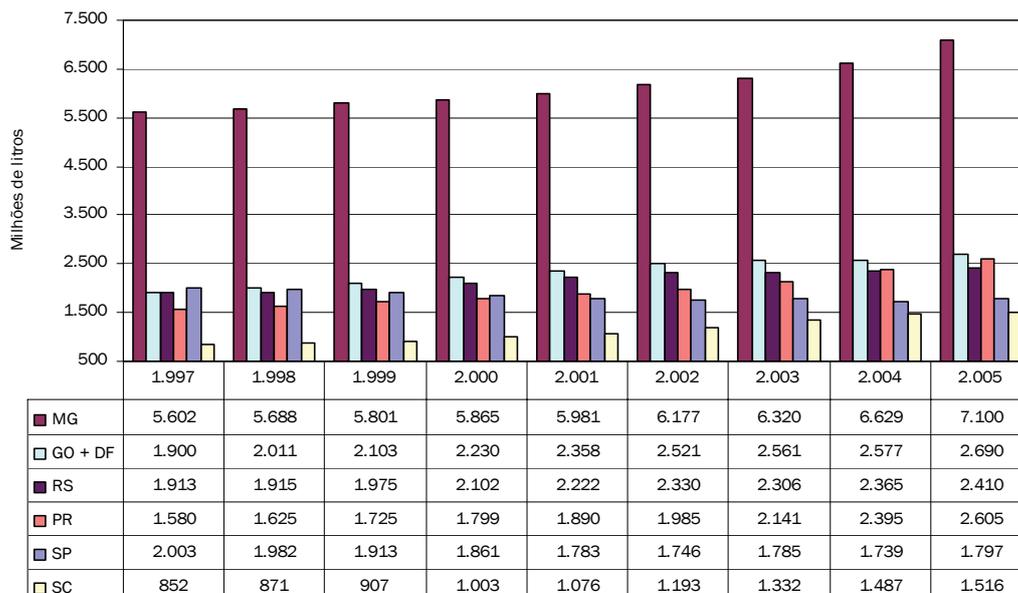


Figura 31 - Produção de Leite por Principais Unidades Federativas, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

do uma realidade fragmentada com distintas dinâmicas muitas vezes contraditórias entre si. A própria evolução da produção revela essa situação pois, conquanto tenha havido significativo esforço e obtido avanços na criação aquícola, a superioridade da pesca extrativa se mostra visível por qualquer ângulo. Isso conforma limites muito objetivos para o avanço brasileiro nessa atividade, os quais se iniciam na exigência de investimento e construção de uma cadeia eficiente de produção num segmento ultraespecializado.

A pesca marinha extrativa (PME) representa, de maneira ainda incontestável, a mais importante fonte da oferta brasileira de pescado, tendo sua produção estagnada em patamares que variam em torno de 500 mil t (mínimo de 468 mil t e máximo de 516 mil t) no período 2000-2004 (Figura 32). Ainda assim, mesmo essa pesca extrativa de característica costeira, sem explorar todo o mar territorial da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), apresenta uma enorme diversidade de situações e condições ao longo da imensa costa nacional. A opção nesse caso seria avançar na pesca oceânica, mas nesse horizonte haveria que ser internalizada capacidade empresarial, de tecnologia, e exigiriam-se significativos investimentos para competir com outros países que exploram águas internacionais.

A segunda atividade em importância na oferta de pescado também se caracteriza pela dependência de recursos naturais, consistindo na pesca continental extrativa (PCE), cuja produção ainda vem sendo crescente saltando de 199 mil t em 2000 para 246 mil t em 2004 (Figura 32). As possibilidades dessa modalidade de pesca extrativa são também limitadas, na medida em que estão esgotados os estoques pesqueiros do Sul-Su-



deste no sentido de permitirem avanços setoriais significativos, situação que não está muito distante de vir a ocorrer na pesca continental do Brasil central e do Nordeste e que, na região Amazônica, mantida a sobrepesca já realizada em diversos pontos, exigirá deslocamentos cada vez mais longos para obter peixes, além de enfrentar um limite natural da não reposição dos estoques.

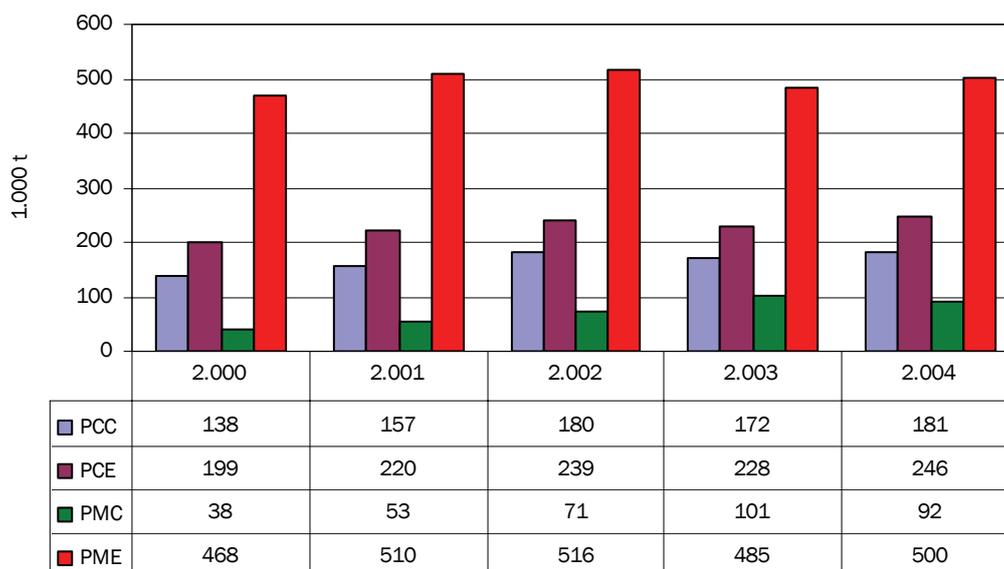


Figura 32 - Produção de Pescado por Tipo e Meio de Obtenção, Brasil, 2000-2004.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

A terceira mais importante fonte de oferta de pescado é aquicultura continental produtora de pescado continental cultivado (PCC), cujo crescimento elevou a quantidade obtida de 138 mil t para 181 mil t no período 2000-2004 (Figura 32), consistindo na mais dinâmica e promissora atividade produtora de pescado da ótica da oferta, aproveitando-se da imensa potencialidade dos recursos hídricos brasileiros. Pela própria dimensão da oferta, quando se pensa no tamanho e no perfil da demanda urbana de carnes, os níveis de escala são ainda reduzidos frente às potencialidades, mas não deram condições de organização de uma logística de pesca e processamento do produto, bem como de armazenagem a frio comparável a qualquer das outras fontes de proteína animal. Ressalte-se que a produção aquícola apresentada está dispersa em inúmeras experiências distribuídas pelo território brasileiro. Em razão disso, não surgiram grupos empresariais que tenham capacidade de alavancagem da escala de investimentos necessários.

A quarta fonte de oferta de pescado está no pescado marinho cultivado (PMC), cuja produção, após ter avançado de 38 mil t para 101 mil t em 2003, apresentou refluxo em 2004 quando atingiu 92 mil t (Figura 32). Trata-se, apesar disso, da face mais visível para a



opinião pública da aquicultura brasileira, em função de sua notória concentração regional e pelo fato de que, no caso nordestino, trabalha com espécies como o camarão marinho, de alto valor unitário e pela realização de exportação crescente durante certo período. Essa concentração lhe conferiu estrutura empresarial e de logística mais consistente que a verificada na aquicultura continental.

A leitura da distribuição regional das distintas atividades produtoras de pescado permite visualizar com melhor clareza as questões aventadas. Na pesca extrativa de pescado marinho, que se mostra dispersa pela costa quando se visualiza a amplitude territorial brasileira, destaca-se o litoral do sul do Brasil no plano regional, cuja extração de pescado está estagnada, variando entre o piso de 124 mil t pescadas em 2000 e as 164 mil t pescadas em 2004, o mesmo ocorrendo no Nordeste (entre 137 mil t e 146 mil t, no Sudeste (92 mil t e 109 mil t) e no Norte (94 mil t e 105 mil t) (Figura 33). Regra geral, portanto, do lado da oferta e mesmo da dinâmica setorial, a configuração da pesca extrativa marinha brasileira no período recente consiste na estagnação em todas as regiões.

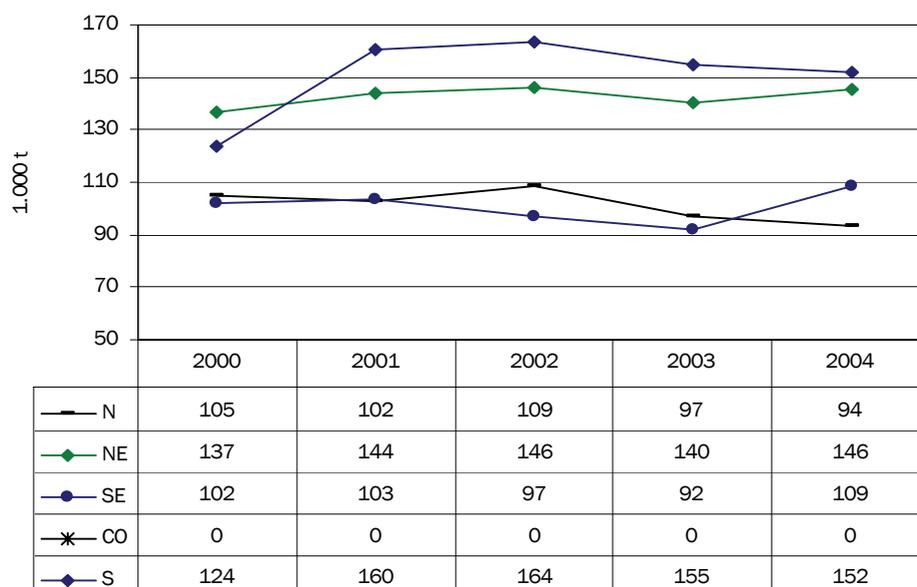


Figura 33 - Produção Extrativa de Pescado Marinho por Região, Brasil, 2000-2004.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

Num destaque das principais unidades da Federação brasileira da ótica da extração de pescado marinho, pode-se compreender a imensa dispersão dessa atividade, o que a configura como uma gama de pequenos negócios regionais costeiros sem atingir níveis de concentração do capital e organização empresarial compatíveis com a realização da pesca oceânica. A maior produção localiza-se em Santa Catarina na região Sul, estagnada entre o piso de 78 mil t e 118 mil t no período 2000-2004, separada por mi-



lhares de quilômetros de costa da segunda colocada, a do Pará na região Norte, cuja produção se mostra decrescente de 102 mil t para 89 mil t no mesmo período (Figura 34). Nessa conformação estrutural de dispersão territorial completada por dispersão empresarial, as possibilidades de sucesso em ensejar dinamismo na pesca exploratória nos mares territoriais brasileiros se mostram mínimas.

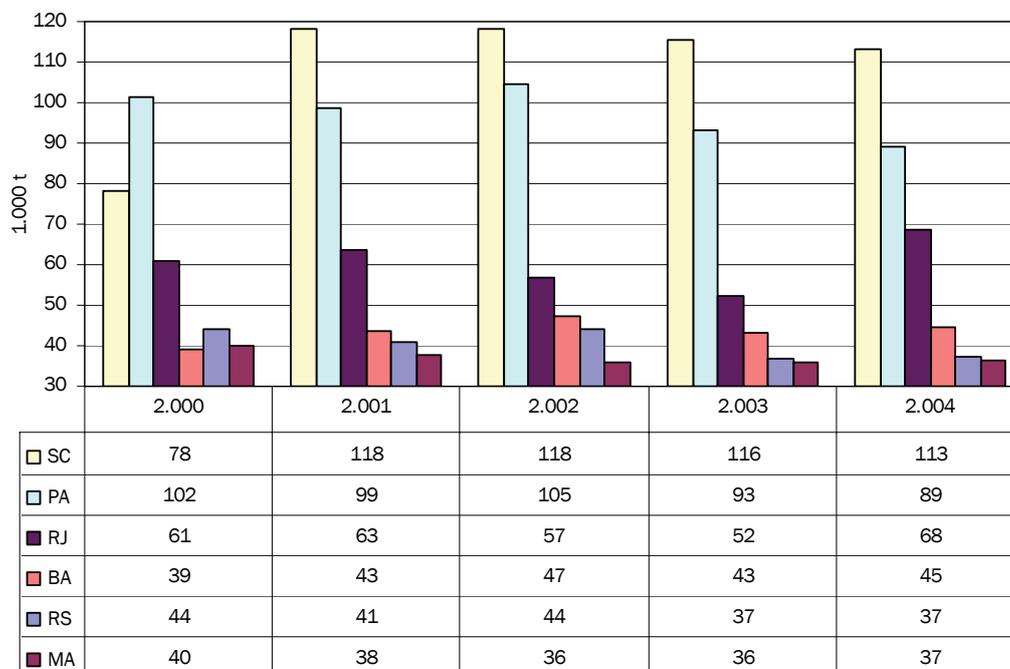


Figura 34 - Produção Extrativa de Pescado Marinho pelas Principais Unidades Federativas, Brasil, 2000-2004. Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

Na pesca extrativa continental, conquanto a própria sobrepesca durante muitos anos em algumas regiões tenha produzido maior concentração, a realidade não se mostra distinta. A região Norte, em função da Bacia Amazônica, detém a maior produção do pescado continental extrativo, com ligeiro incremento de 112 mil t para 141 mil t no período 2000-2004, seguida da região Nordeste, notadamente na Bacia do São Francisco, onde também há pequeno crescimento de 50 mil t para 68 mil t de pescado nos anos considerados (Figura 35). Esse pequeno avanço, que revela maior proximidade com o limite de sustentabilidade nessas bacias, no conjunto nacional compensa-se com a estagnação observada nas demais regiões.

Dentre as unidades da Federação, as principais produtoras de pescado continental extrativo concentram-se nas bacias hidrográficas acima mencionadas. Interessante notar que, enquanto no Pará ocorre incremento na extração de pescado continental de 43 mil t em 2000 para 63 mil t em 2004, o mesmo não vem acontecendo no Amazonas,

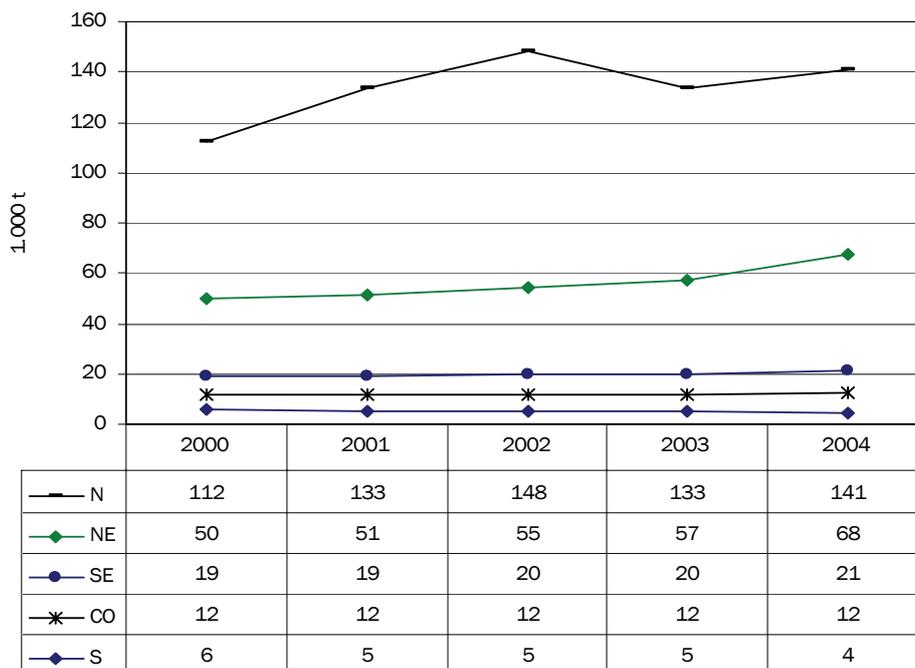


Figura 35 - Produção Extrativa de Pescado Continental por Região, Brasil, 2000-2004.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

onde cresce de 56 mil t para 67 mil t no período 2000-2002, mas mantém-se no mesmo patamar de 60 mil t no biênio 2003-2004. Já no Maranhão, que se localiza na parte leste da Bacia Amazônica, a pesca extrativa continental se mostra estagnada ente 20 mil t e 22 mil t, com o que parcela do pescado extrativo computado como nordestino na verdade configura-se como amazônico. Extração nordestina mesmo, realizada na Bacia do São Francisco, ocorre na Bahia, onde a produção avançou de 11 mil t para 18 mil t no período 2000-2004 (Figura 36).

A questão estratégica para uma leitura de prazo mais largo para a pesca extrativa continental brasileira consiste exatamente em definir os limites das possibilidades determinados pela sustentabilidade de longo prazo da atividade, sendo nítida em muitos espaços a ocorrência de sobrepesca, que pode comprometer a médio prazo a sustentação de um padrão alimentar que, embora possa até ser mais saudável, enfrenta os limites das condições naturais. Trata-se aqui da população amazônica, em especial das inúmeras comunidades ribeirinhas que têm nos rios e nos igarapés a fonte de sustentação das famílias.

As frotas pesqueiras dos grandes centros urbanos regionais, ao irem cada vez mais longe seguindo no sentido montante dos rios amazônicos, vão alargando cada vez mais o comprometimento da fonte de alimento dos ribeirinhos. Nos espaços nordestinos e mesmo da foz do rio Amazonas, existem outras alternativas de proteína animal, mas

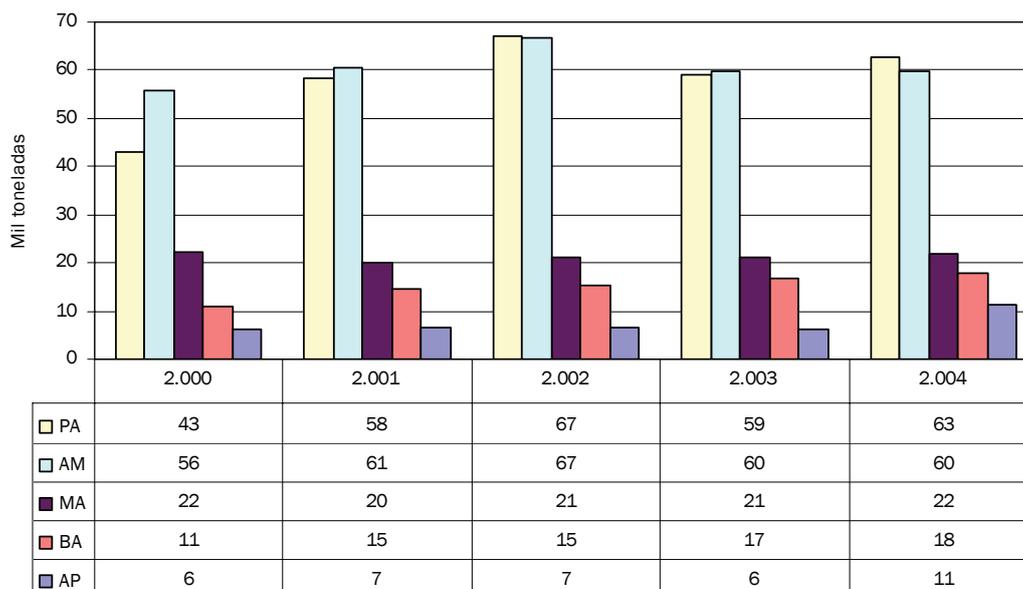


Figura 36 - Produção Extrativa de Pescado Continental pelas Principais Unidades Federativas, Brasil, 2000-2004. Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

para os ribeirinhos isso não está posto. Daí a necessidade de mensurar de forma consistente uma estratégia para a região Norte do Brasil, talvez num primeiro momento atuando de maneira mais decisiva no combate à sobrepesca onde mais ela se manifesta, ou seja, no entorno dos grandes centros urbanos regionais os quais, com pescado extrativo mais caro, poderão optar por outras fontes proteína animal, tendo escala de consumo para sustentar a produção local ou mesmo a compra em outras regiões.

A opção de suprimento de proteína animal na forma de pescado continental, que poderia ser relevante, não se mostra tão promissora como as potencialidades naturais poderiam fazer imaginar à primeira vista. Trata-se do velho dilema de fazer transformar vantagens comparativas, mesmo que irrefutáveis em vantagens competitivas concretas. Isso porque a maior oferta de pescado continental cultivado, que avançou de 138 mil t para 181 mil t como se viu anteriormente (Figura 37), vêm acompanhada da redução por perda de dinâmica das aquiculturas continentais do Sul e do Sudeste, exatamente os maiores mercados consumidores brasileiros, além do aumento da oferta em outras regiões, configurando um aumento da já enorme dispersão territorial, o que por si só já representa uma maior fragilidade desse segmento pelas menores possibilidades de saltos na organização empresarial e ganhos de escala no fluxo entre a produção e o consumo.

A região Sul, cuja produção aquícola evoluiu de 73 mil t em 2000 para 76 mil t em 2002, revela sensível recuo para 61 mil t em 2004, o mesmo ocorrendo na Sudeste, que havia avançado de 33 mil t para 37 mil t, seguindo-se queda para 31 mil t em 2004. As

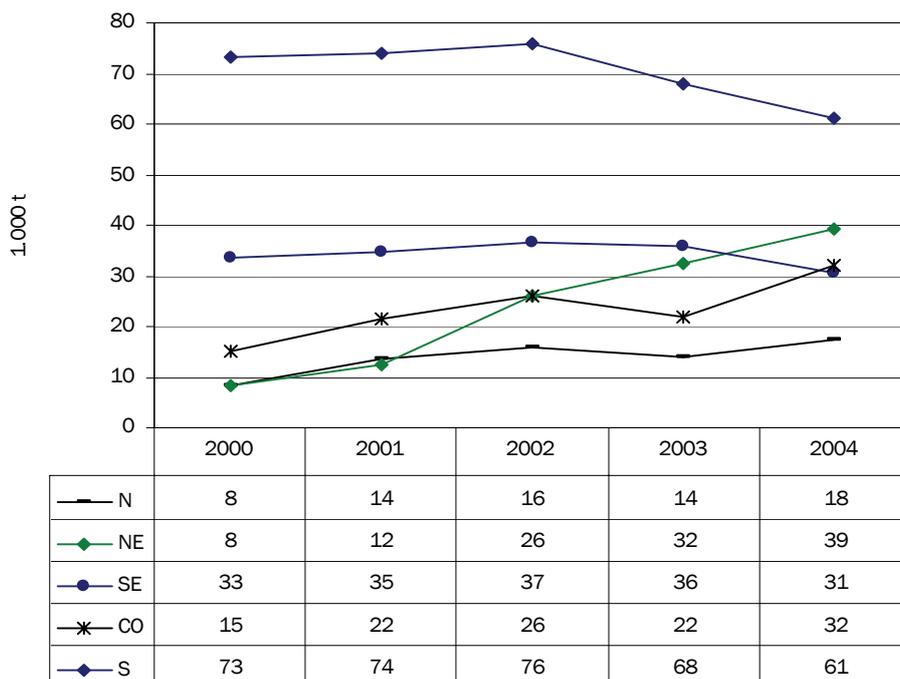


Figura 37 - Produção Extrativa de Pescado Continental por Região, Brasil, 2000-2004.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

demais regiões mostram crescimento, como o Nordeste, onde salta de 8 mil t para 39 mil t no período 2000-2004, o que também se verifica no Centro-Oeste, onde aumenta de 15 mil t para 32 mil t e na Norte, de 8 mil t para 18 mil t no mesmo período (Figura 37). Os movimentos internos à aquicultura revelam pois inconsistências estruturais que problematizam, dada a atual organização do segmento, a sustentação de ritmo consistente de avanço da atividade no médio e longo prazos.

A análise desse processo para as principais unidades da Federação deixam esse panorama mais nítido. A produção gaúcha de pescado continental cultivado, que se configura na maior do Brasil, após se manter em 33 mil t no período 2000-2003, recua para 26 mil t em 2004, desempenho secundado pela paulista que se eleva de 19 mil t anuais no biênio 2000-2001 para apenas 21 mil t anuais no triênio 2002-2004. Ainda no Sul-Sudeste, verifica-se que a produção catarinense que crescia de 17 mil t em 2000 para 20 mil t em 2002, estagna-se alcançando 19 mil t em 2004, enquanto a paranaense, que atingiu 23 mil t anuais no triênio 2000-2003, decresce para 17 mil t anuais no biênio 2003-2004 (Figura 38). Uma das razões para isso está no acesso a pescado a preços mais acessíveis, como a merluza argentina, que ocupa parte do consumo mas, em grande medida, quando pensada como alternativa de proteína animal em escala, a estrutural organizacional e empresarial da aquicultura continental sulista, ainda está muito longe em relação às outras carnes.

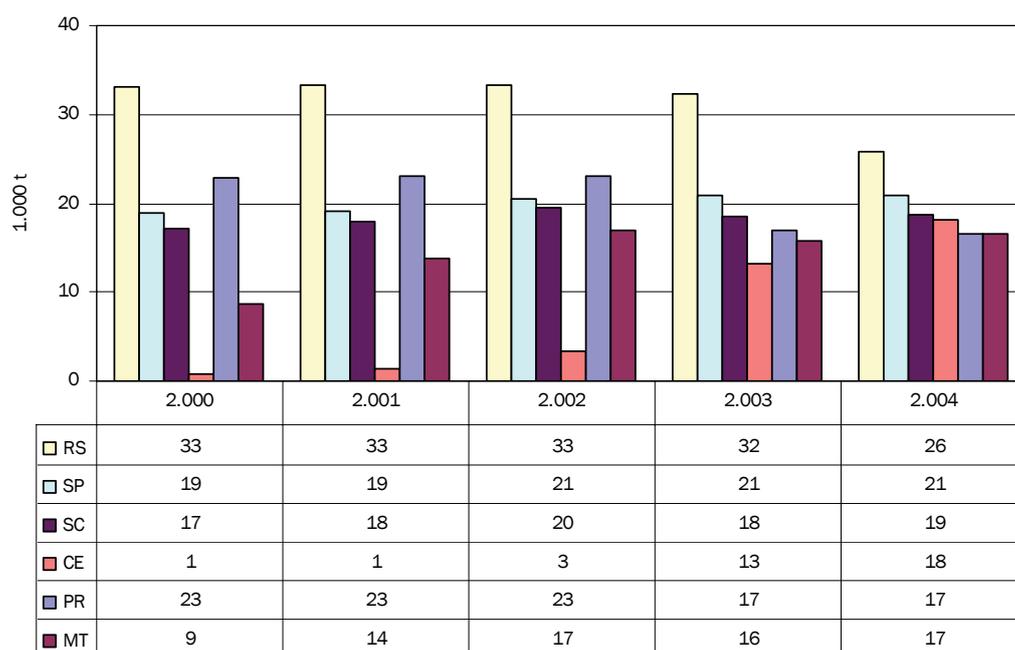


Figura 38 - Produção Cultivada de Pescado Continental pelas Principais Unidades Federativas, Brasil, 2000-2004. Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

Num movimento de aumento da dispersão geográfica e configurando uma plêiade de experiências regionais de pequena escala, nota-se o avanço da produção cearense de mil t em 2000 para as 18 mil t em 2004, e da realizada em Mato Grosso que cresceu de 9 mil t para 17 mil t em 2004 (Figura 38). Nessa dimensão territorial marcada pela proliferação de experiências de escala reduzida, há poucas esperanças quanto à sustentabilidade da produção brasileira de pescado continental, uma vez que mesmo nas regiões onde a distância dos mercados consumidores se mostra pequena, não se verifica dinamismo na atividade.

Mais problemáticas ainda: se orientadas para o mercado interno, se configuram os novos cultivos em outras regiões, cuja escala operacional para uma logística eficiente em relação aos mercados do Sul-Sudeste se mostra insuficiente, assim como o padrão de organização e estrutura empresarial. Tal como está, encontrará seus limites na dimensão dos mercados locais ou com ações de exportação de pequeno alcance em volume, porque estão concentradas em nichos de mercado. Configura-se aqui uma potencialidade derivada do fato da ocorrência de vantagens comparativas, mas que não se manifestam em vantagens competitivas sustentáveis que conformassem uma opção de escala razoável, para que o pescado continental possa competir com as demais carnes pela demanda global de carnes no mercado brasileiro. Nesse foco, a questão dos preços acessíveis



se mostra relevante e o padrão estrutural para mudar hábitos de consumo está dado, e basta mirar-se no exemplo da carne avícola. Até que isso ocorra, o que se verá será apenas uma potencialidade futura que parece esvaír-se no tempo.

No pescado marinho cultivado e as condições estruturais são muito distintas, daí a inconsistência de se verificar a evolução da aquicultura apenas pela soma dos resultados das atividades. Esse procedimento capta mero efeito estatístico de caráter conjuntural, não permitindo leituras estruturais consistentes que conduzam a alguma visão consistente de futuro. Desde logo, na produção de pescado marinho a concentração regional se faz nítida, sendo liderada pela região Nordeste, onde saltou de 24 mil t em 2000 para 71 mil t em 2004 e secundada pelo outro espaço de cultivo relevante, a região Sul, onde cresce de 13 mil t em 2000 para 20 mil t em 2004 (Figura 39). Logo no pescado marinho cultivado, ainda que em escala pequena quando comparada com outras carnes (avícola, bovina e suína), com certeza menor também que a de ovinos e caprinos, apesar da mensuração insuficiente destas, a concentração regional configura uma possibilidade de sucesso criando organização estrutural e empresarial mínimas para que a concretização de parcela de sua potencialidade.

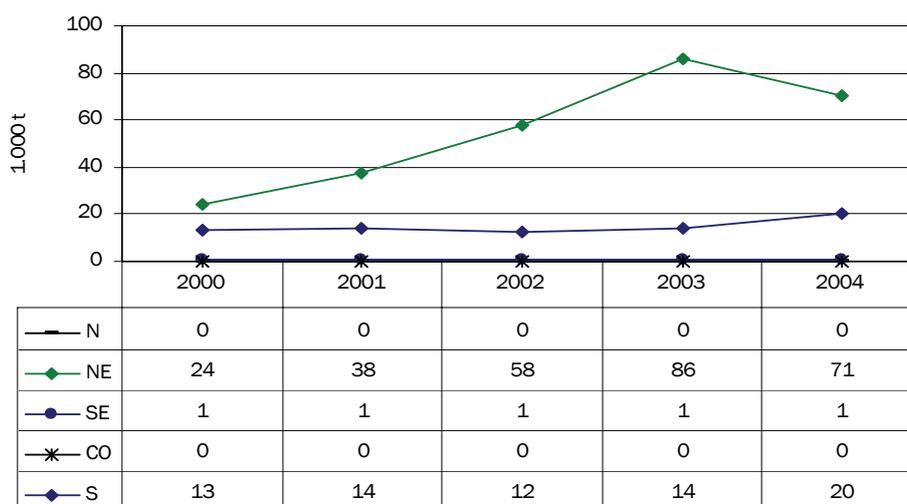


Figura 39 - Produção Cultivada de Pescado Marinho por Região, Brasil, 2000-2004.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

A enumeração das unidades da Federação que lideram esse processo dá bem a importância da dimensão dessa concentração territorial. A maior produção nacional vem do Rio Grande do Norte, que cresceu de 7 mil t em 2000 para 37 mil t em 2003, com recuo para 31 mil t em 2004, tal como ocorreu na mesma região Norte com a do Ceará que, após ter crescido de 5 mil t para 26 mil t, decresce para 19 mil t para os mesmos



anos. Com certeza, isso deriva de impactos da valorização cambial que produziu efeitos negativos nas exportações, daí os reflexos na produção. Além dessa produção nordestina, nota-se na Região Sul a produção catarinense que avançou de 13 mil t para 20 mil t (Figura 40). Há que se frisar ainda que, mais que essa nítida concentração regional, há ainda uma especialização regional em determinadas espécies, com a predominância da carcinicultura na realidade nordestina e da malacocultura na catarinense, o que reforça as condições determinantes de uma concepção estrutural mais consistente com a construção de vantagens competitivas para ocupar nichos de mercado.

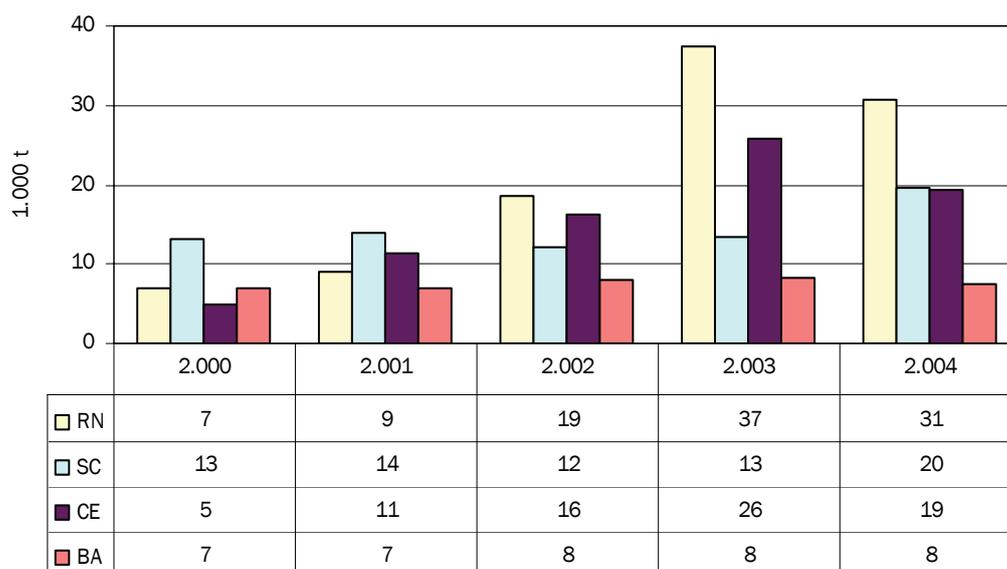


Figura 40 - Produção Cultivada de Pescado Marinho pelas Principais Unidades Federativas, Brasil, 2000-2004. Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

O desempenho das exportações setoriais deixa nítido esse aspecto que se configura num elemento diferencial da produção de pescado marinho em relação aos cultivos de pescado continental. Das vendas externas brasileiras, que evoluíram de 72 mil t em 2001 para 107 mil t em 2004, o grande avanço se deu em função das transações com camarão marinho, que cresceram de 23 mil t para 54 mil t para o mesmo espaço temporal. Interessante verificar que ambos os indicadores recuam em exatas 7 mil t quando se compara 2004 com 2003 (Figura 41), revelando impactos da valorização cambial que se acelera na segunda metade do ano de 2004.

A configuração da aquicultura marinha nordestina aliou adequada concentração regional com especialização produtiva, o que dentro da produção brasileira de proteína animal consiste numa condição estrutural mais próxima dos modelos de sucessos, abrindo espaço para a emergência de organização empresarial e estrutural adequadas ao

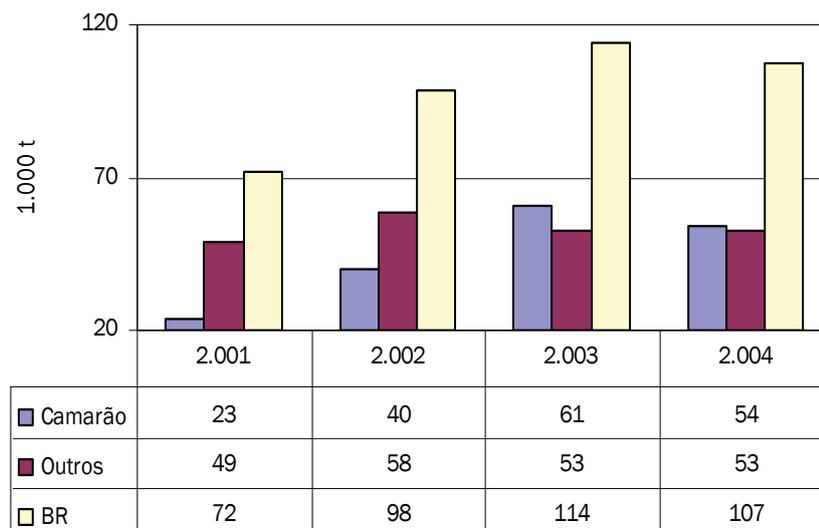


Figura 41 - Exportações de Pescado, Brasil, 2001-2004.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

fornecimento para grandes mercados, nos quais se incluem os de exportação. Um elemento limitante para sua expansão está exatamente na sua condição eminentemente exportadora, isso porque, não tendo um lastro numa consistente demanda interna como o caso da carne avícola, em movimentos negativos de preços internacionais ou mesmo quando a rentabilidade dessas operações piora pela valorização cambial, os efeitos internos da crise podem ser dramáticos. Dessa ótica, a carcinicultura nordestina vive desde a metade do ano de 2004 sua prova de fogo em termos de competitividade. Se passar por ela com solidez, terá dado um imenso passo rumo ao futuro.

Na discriminação das principais unidades da Federação brasileira sob a ótica das exportações de pescado, confirmando a argumentação anterior, nota-se o crescimento no Rio Grande do Norte de 9 mil t em 2001 para 25 mil t em 2004, enquanto no caso cearense, após avanço de 8 mil t para 22 mil t em 2003, ocorre recuo para 18 mil t em 2004. Na região Sul há uma relativa estabilidade da quantidade exportada, concentrada em Santa Catarina, e que girou em torno de pouco mais de 13 mil t no período 2001-2004 (Figura 42). Mais uma vez, confirma-se que o movimento comercial externo do pescado brasileiro associa-se de forma direta ao desempenho da produção nordestina de camarão marinho.

Nesse ponto, revela-se que outro elemento característico da aquicultura marinha nordestina consiste no cultivo e exportação de espécies de alto valor unitário como o camarão marinho e a lagosta, com o que se viabiliza o *cluster* da carcinicultura. Tanto assim que o desempenho da balança comercial do pescado marinho apresentada como tendo revertido o déficit na geração de divisas, pois era negativa de US\$351 milhões

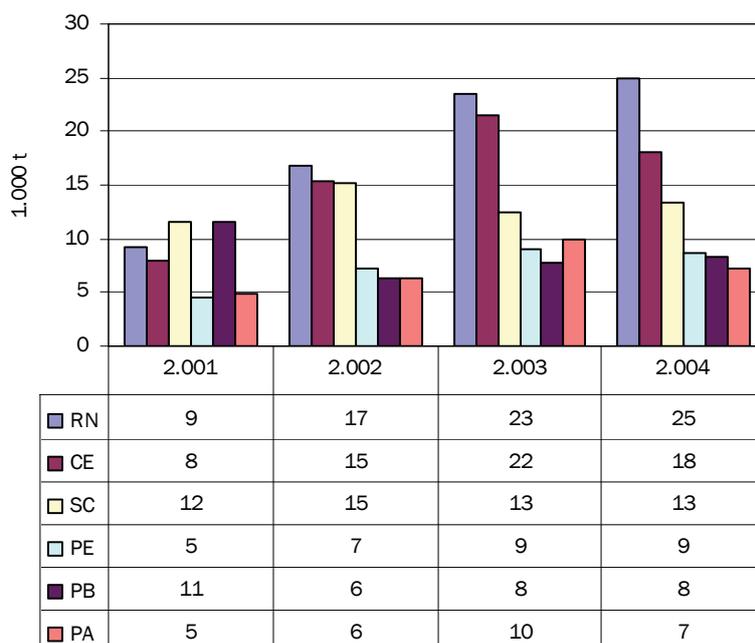


Figura 42 - Exportações de Pescado pelas Principais Unidades da Federação, Brasil, 2001-2004.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

em 1996, passando a ser superavitária em 2001 e atingindo saldo positivo de US\$184 milhões em 2004 (Figura 43), revela apenas uma faceta dessa questão. Da ótica das contas externas nacionais, esse resultado configura-se como muito importante, mas há que se explicitar seu conteúdo para que se compreenda o seu real significado.

Olhando do ângulo do consumo interno, quantificando essas mesmas transações externas em termos físicos, o resultado obtido consiste em que, conquanto tenha se reduzido de forma drástica, a balança do comércio externo de recursos pesqueiros continua negativa. Se em 1996 eram adquiridas no exterior 239 mil t para atender o abastecimento interno, em 2004 ainda era necessário a aquisição de 52 mil t (Figura 43). Isso não configura uma mera dependência externa no atendimento da demanda dos brasileiros, mas que, sendo o saldo monetário positivo e o saldo físico negativo, que o Brasil exporta pescado de maior valor unitário e importa pescado de menor valor unitário. E isso fica nítido quando se compara o preço de uma tonelada de camarão marinho exportado como o de uma tonelada de merluza importada. Isso configura mais uma vez a aderência puramente externa do *cluster* exportador nordestino.

Finalizando, há que se pontuar a enorme complexidade envolvida nos quatro grandes segmentos do pescado brasileiro. Inicia-se pela ainda hegemônica pesca extrativa marinha de característica costeira, articulada em torno do capital comercial, e que

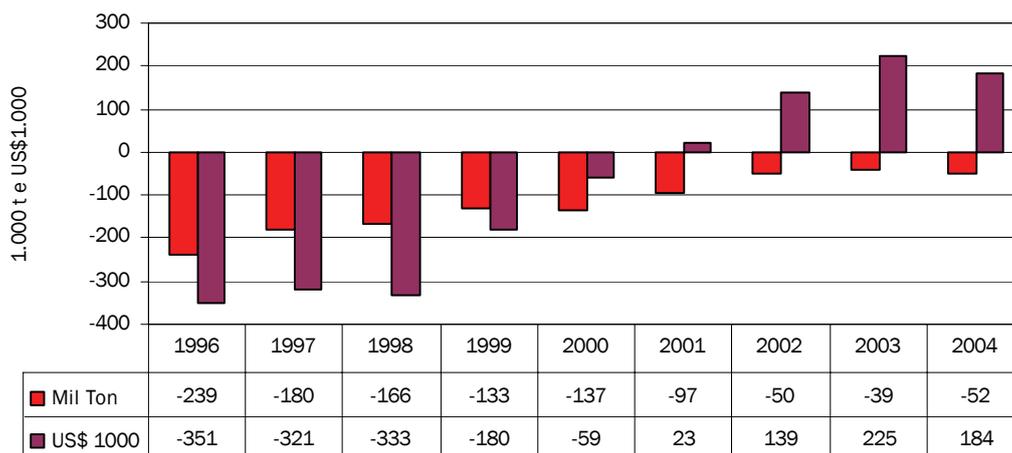


Figura 43 - Saldo da Balança Comercial de Recursos Pesqueiros, Físico e Monetário, Brasil, 1996-2004.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IBAMA (2007).

enfrenta os limites dos estoques de recursos, sem que tenha condições de estruturar para avançar na pesca oceânica. Se essa perspectiva não anima, na pesca extrativa continental concentrada na região Norte vê-se o mesmo desenho estrutural reproduzindo-se até que também enfrente os limites dos estoques pela sobrepesca. A aquicultura continental também encontrou seu limite, perdendo expressão nas regiões dos maiores mercados consumidores e, ensejando dispersão que não conduz à especialização regional capaz de promover nessa sequência de produção, avanços estruturais compatíveis com o abastecimento em escala. Por fim, a aquicultura marinha, em que o *cluster* nordestino de camarão marinho define-se por variáveis exógenas e não pode ser reproduzido a qualquer tempo e em qualquer lugar. Contudo, o avanço fica ainda à distância entre a potencialidade expressiva das vantagens comparativas e a realidade das vantagens competitivas ainda não produzidas.

8 - ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO DE PROTEÍNA ANIMAL: considerando os bubalinos, os ovinos e os caprinos como possibilidades potenciais

A produção brasileira de proteína animal, além dos principais segmentos analisados e que respondem pela esmagadora proporção dos produtos destinados ao abastecimento e à exportação, contempla ainda uma enorme gama de possibilidades que podem vir a configurarem-se como alternativas relevantes. Essas possibilidades potenciais, entretanto, para constituírem em realidades expressivas enquanto opção nacional, exigem muito mais que estímulos à produção, pois há enormes limites pelo lado do perfil e do tamanho da demanda, de forma a configurarem alternativas expressivas na geração de renda e de emprego.

Fundamental asseverar que tal mudança depende não apenas de que sejam alte-



rados hábitos culturais mas, principalmente, que a oferta seja concretizada a preços no mínimo competitivos em relação às demais opções de proteína animal. Nada resiste à oferta de proteína de qualidade em abundância e barata e nesse caso, o desenho mais consistente está na cadeia de produção de carne avícola. Tendo essa perspectiva, há ainda um imenso caminho de transformações produtivas e estruturais para que os segmentos alternativos de produção de proteína animal concretizem suas potencialidades. Há, contudo, que ser destacado o elemento territorial associado a alguns deles, daí a necessidade de tratar de três desses segmentos: o de bubalinos, o de caprinos e o de ovinos.

O rebanho bubalino brasileiro, após ter apresentado um crescimento significativo no período 1997-2001, quando passou de 978 mil cabeças para 1,12 milhão de cabeças, refreou seu ritmo e nos últimos anos vem alternando-se em torno desse patamar, tendo atingido 1,15 milhão de cabeças em 2005 (Figura 44). Há que se fazer aqui um paralelo com o rebanho bovino brasileiro de corte, com seus 164 milhões de cabeças, pois a carne bovina e o leite bovino correspondem aos produtos que disputam diretamente a preferência dos consumidores com a produção bubalina. Em síntese, o rebanho bubalino configura-se como uma atividade complementar à produção bovina em espaços territoriais onde as condições geográficas lhe são mais favoráveis. Entretanto, isso não tira desse segmento a característica de ser dotado de enorme potencial de expansão.

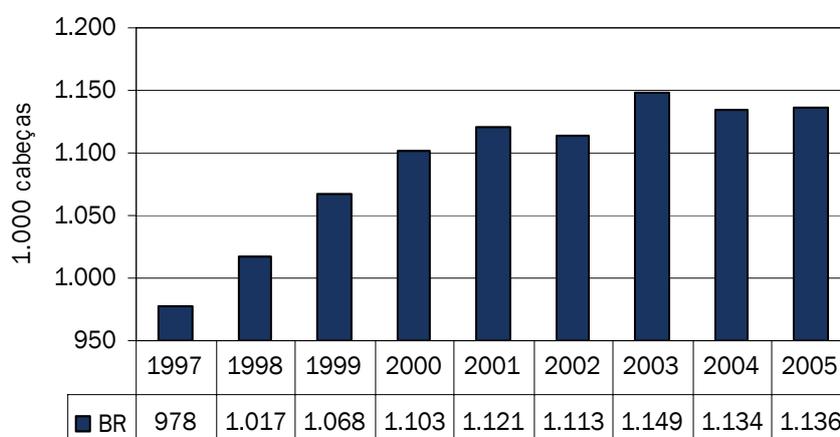


Figura 44 - Rebanho Bubalino, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Da ótica territorial, o rebanho bubalino brasileiro concentra-se na região Norte, onde, após crescer de 590 mil cabeças em 1997 para 722 mil cabeças em 2003, recuou para 705 mil cabeças em 2005. Com patamar muito inferior está a região Sul, em que a população bubalina recua de 155 mil cabeças em 1997 para 144 mil cabeças em 2005,



tal como ocorre na região Centro-Oeste (69 mil cabeças para 64 mil cabeças no mesmo período). Ainda que em patamar minoritário no contexto nacional, ocorre aumento do rebanho bubalino, tanto na região Sudeste (80 mil em 1997 para 114 mil em 2005), como na Nordeste (84 mil cabeças para 109 mil cabeças) (Figura 45). Em linhas gerais, o que se visualiza consiste na enorme concentração regional da população bubalinas, que ocupa espaços territoriais complementares ao dos bovinos, sendo por isso relevantes alternativas para a produção de carne e de leite.

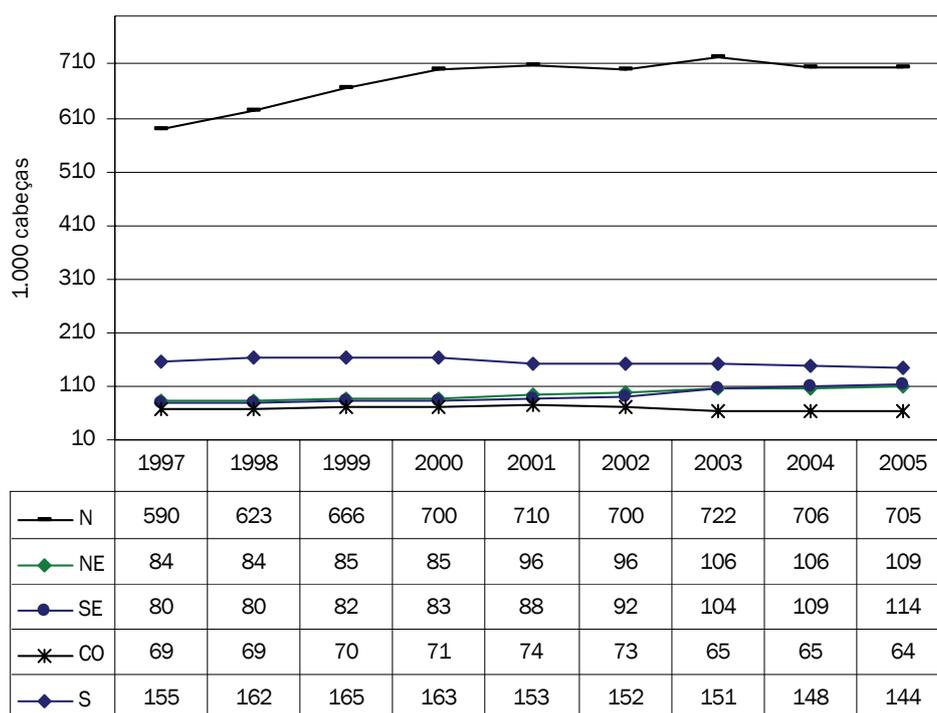


Figura 45 - Rebanho Bubalino por Região, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Essa concentração territorial fica ainda mais nítida quando se destaca o rebanho das principais unidades da Federação brasileira. O Pará, notadamente em função da bubalinocultura marajoara, detém o maior rebanho brasileiro dessa espécie, o qual evoluiu de 386 mil cabeças em 1997 para 455 mil cabeças em 2005. Em seguida vem o limítrofe Amapá, cujo rebanho cresceu de 139 mil cabeças em 1997 para 168 mil cabeças em 2005. Essas duas unidades da Federação detêm quase a metade do rebanho nacional de bubalinos (Figura 46).

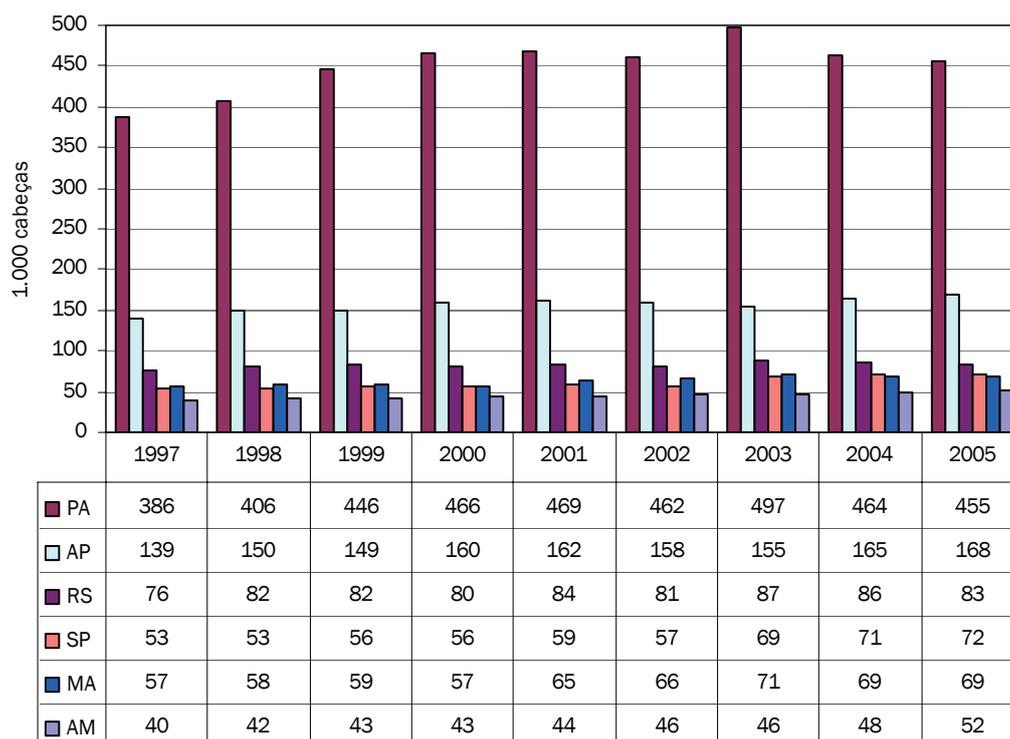


Figura 46 - Rebanho Bubalino por Principais Unidades Federativas, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Esses indicadores mostram uma característica marcante da produção bubalina brasileira, qual seja a ocupação de espaços geográficos em que os bovinos não avançaram com a mesma consistência. Isso acontece tanto na região Norte, onde os bubalinos são criados nos espaços alagados com concentração na Ilha do Marajó, como também em São Paulo, onde os bubalinos concentram-se no Vale do Ribeira, situação na qual a produtividade dos rebanhos bovinos se mostra comprometida pelas condições naturais. Sendo animais utilizados tanto para produção de leite como para corte e mesmo tração animal, os bubalinos não foram inseridos numa sequência de produção compatível com a ocupação de espaço mais amplo na demanda por carne e leite, daí ser uma atividade complementar na produção de proteína animal.

Em outra atividade alternativa (a produção de ovinos), a realidade se mostra similar. O rebanho ovino brasileiro aumentou após um período de altos e baixos, pois o patamar de 14,6 milhões de cabeças em 1997 está no praticamente no mesmo nível das 14,3 milhões de cabeças em 2003, desde quando cresce significativamente a partir de 2003, atingindo 16,0 milhões de cabeças em 2005 (Figura 47). Mas esse processo se dá mais pela expansão da produção voltada para a obtenção de carne que aquela produtora de lã, ao qual originalmente estava associada a ovinocultura.

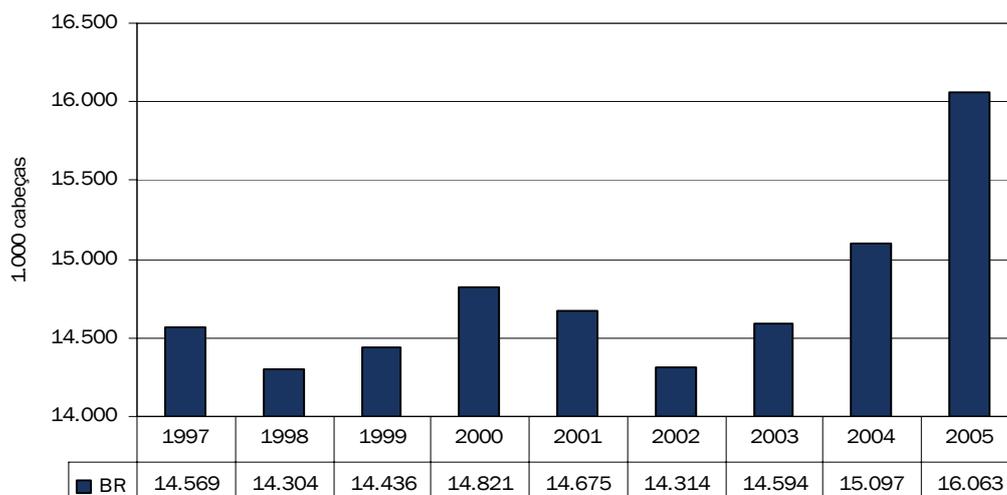


Figura 47 - Rebanho Ovino, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Isso implicou numa significativa mudança espacial, uma vez que as regiões mais quentes apresentam crescimento do rebanho ovino, enquanto o mesmo recua nas regiões mais frias. Basta ver que na região Sul, tradicional produtora de lã de ovinos, o rebanho diminui de 6,0 milhões de cabeças em 1997 para 4,6 milhões de cabeças em 2005, ao passo que na região Nordeste, que detêm a liderança na ovinocultura brasileira, o rebanho avança de 7,1 milhões de cabeças em 1997 para 9,4 milhões de cabeças em 2005 (Figura 48).

Em termos de unidade da Federação, o maior rebanho ovino, que produz carne e lã, ainda é o gaúcho, conquanto tenha reduzido de 5,2 milhões de cabeças em 1997 para 3,9 milhões de cabeças em 2005. Isso apesar do enorme crescimento do rebanho nordestino, com maior proporção de deslanados que concorrem com os caprinos (carne de bode), como se vê nos casos de destaque da Bahia (2,5 milhões de cabeças em 1997 para 3,4 milhões de cabeças em 2005), do Ceará (1,7 milhão de cabeças para 1,9 milhão de cabeças) e do Piauí (1,3 milhão de cabeças para 1,6 milhão de cabeças) (Figura 49). Em linhas gerais, nota-se uma atividade em transição, uma vez que os ovinos para carne e lã gaúchos, que estão inseridos na agroindústria de vestuário e para o abastecimento do grandes mercados do Sul/Sudeste, perdem espaço para a produção uruguaia, enquanto que no Nordeste, onde ainda não há uma sequência de produção consistida, os rebanhos de ovinos deslanados concorrem diretamente com os caprinos na produção de carne.

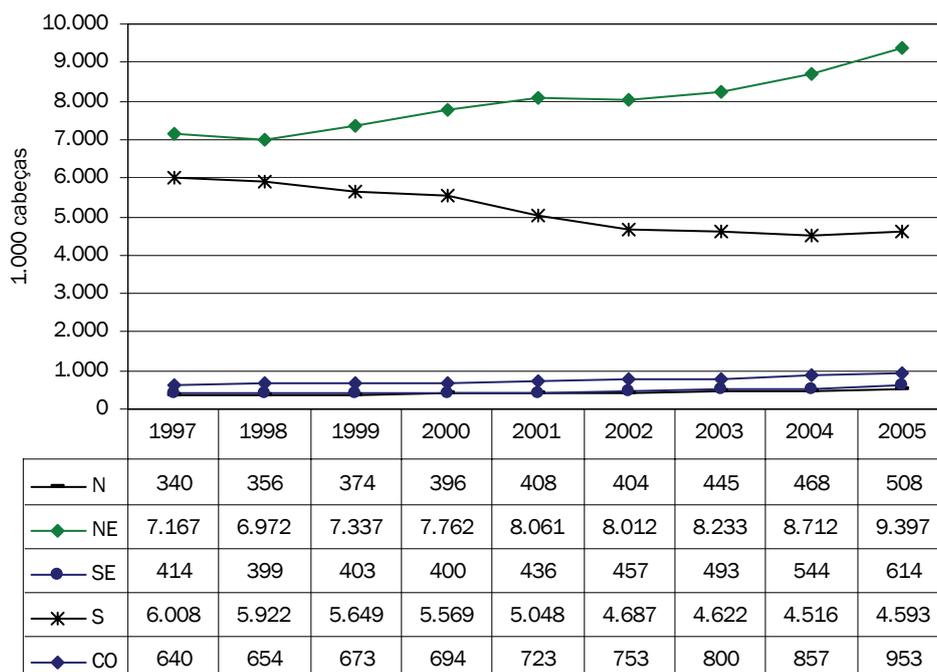


Figura 48 - Rebanho Ovino por Região, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

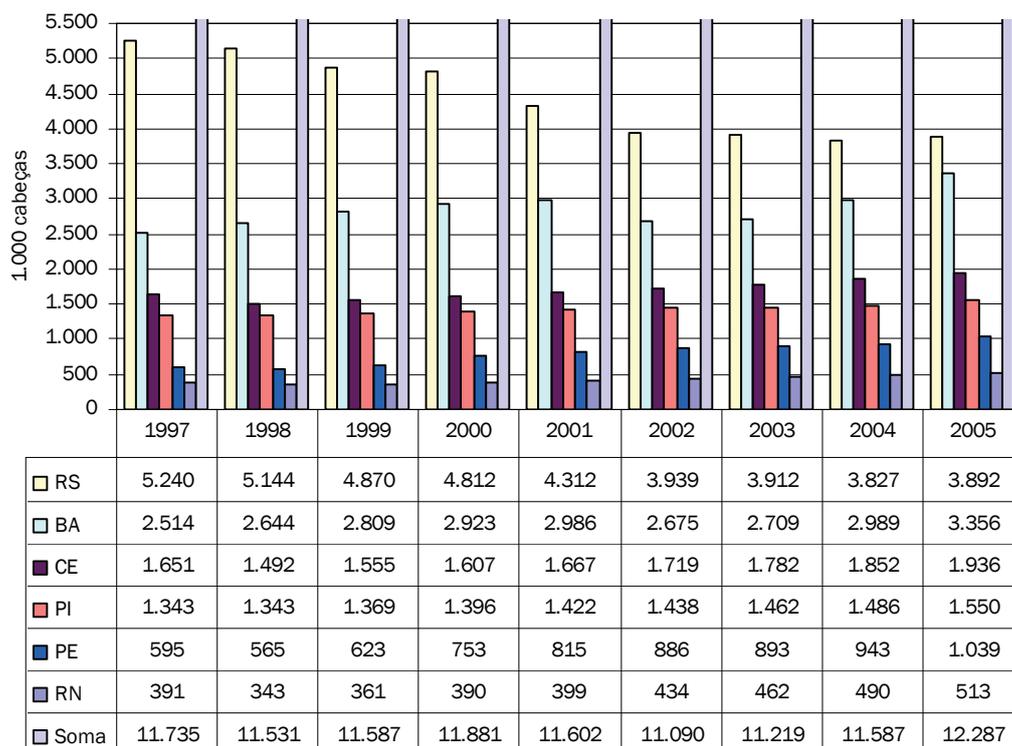


Figura 49 - Rebanho Ovino por Principais Unidades Federativas, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).



O rebanho caprino brasileiro cresceu de 8,0 milhões de cabeças em 1997 para 10,8 milhões de cabeças em 2005 (Figura 50). Trata-se de atividade relevante para a produção tanto de carne como de leite em situações em que o rebanho bovino não apresenta produtividade compatível. Isso dada a adaptabilidade dos caprinos a condições menos favoráveis de clima como o calor intenso, além de serem pouco exigentes em alimentação (buscam com grande eficiência fontes de pastejo) e serem mais aptos a terrenos íngremes.

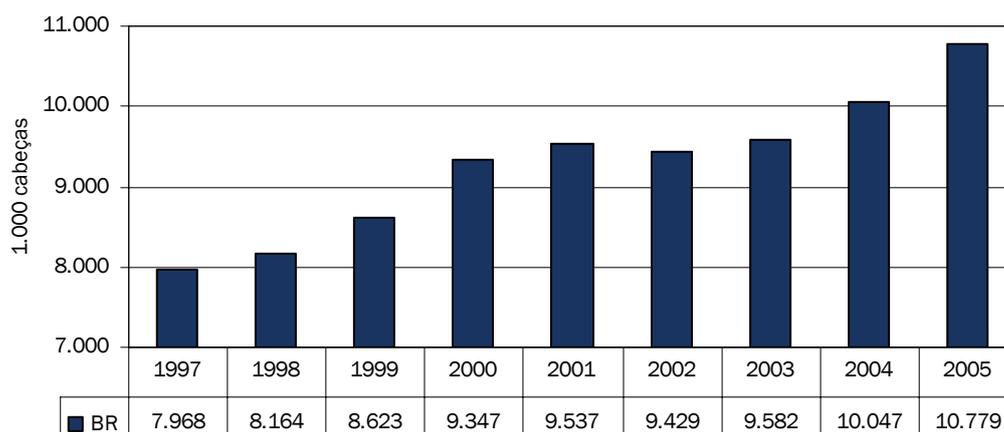


Figura 50 - Rebanho Caprino, Brasil, 1997-2005.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

Tanto isso se configura como verdade que, da ótica da distribuição espacial, todo o rebanho caprino brasileiro praticamente está localizado na região Nordeste, que tinha 7,4 milhões de caprinos em 1997 e passou a ter 10,0 milhões de caprinos em 2005. Nas demais regiões essa atividade se mostra incipiente, sofrendo no mercado de carnes a concorrência do ovino uruguaio (Figura 51).

Em termos das unidades da Federação, os maiores rebanhos caprinos estão localizados principalmente na Bahia (onde evoluiu de 2,8 milhões de cabeças em 1997 para 4,4 milhões de cabeças em 2005), em Pernambuco (em que aumentou de 1,3 milhão de cabeças para 1,6 milhão de cabeças) e no Piauí (ainda que neste caso tenha havido redução de 1,5 milhão de cabeças para 1,4 milhão de cabeças) (Figura 52). Em todas essas situações, a concorrência direta com os ovinos deslanados na produção de carne, em especial para o abastecimento dos mercados locais, se mostra intensa. A produção de leite caprino tem relevância social em determinadas comunidades.

O traço comum às três atividades alternativas de produção de proteína animal consideradas consiste no fato de que ocupam espaços territoriais específicos, nos quais apresentam maior adaptabilidade que a pecuária bovina. Isso porque, à exceção dos

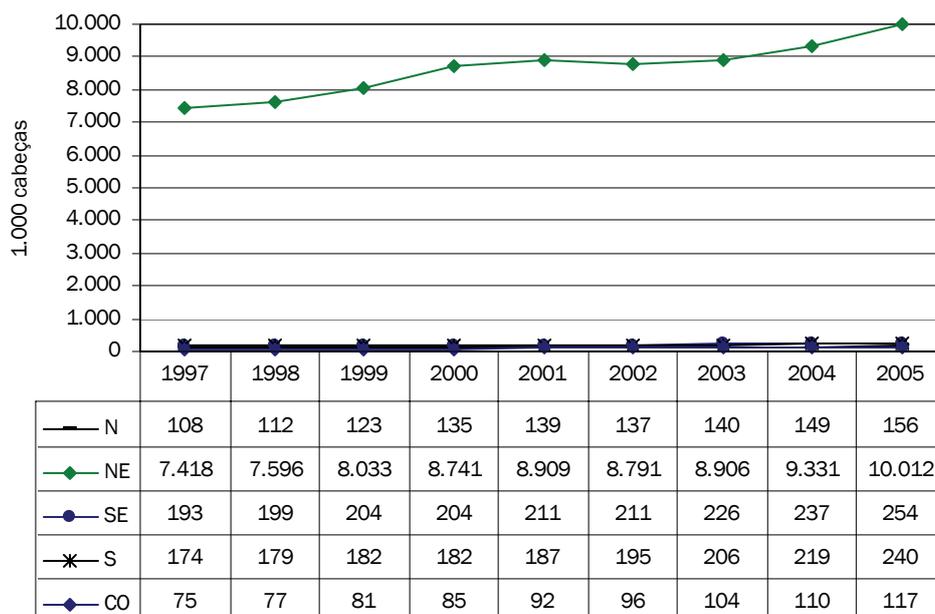


Figura 51 - Rebanho Caprino por Região, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

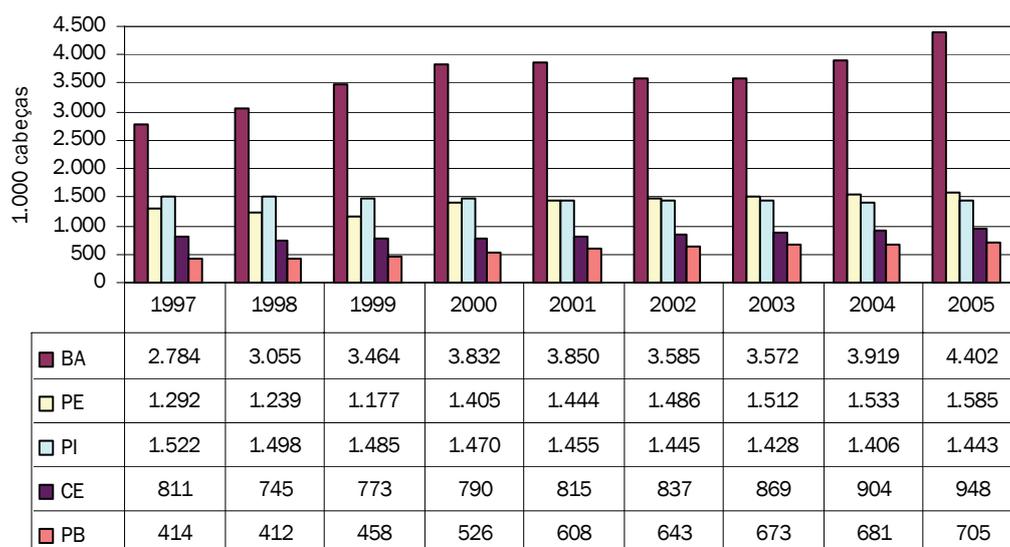


Figura 52 - Rebanho Caprino por Principais Unidades Federativas, Brasil, 1997-2005.
Fonte: Elaborada pelos autores com base em ANUALPEC (2006).

ovinos gaúchos que se destinam também à produção de lã, tanto os bubalinos quanto caprinos e ovinos deslançados proliferam-se em territórios marcados por especificidades naturais que lhes conferem vantagens sobre os bovinos. Dessa maneira, são atividades relevantes para o abastecimento regional, ainda que não apresentem a construção de uma sequência de produção compatível com o grande mercado urbano, principalmente



de carnes mas também de leite. Tanto assim que a carne bovina se destaca na demanda das grandes cidades do litoral nordestino, a despeito do importante rebanho ovino e caprino regional que domina faixas do interior.

Dessa maneira, se mostra relevante que as políticas públicas voltadas para a territorialidade levem em conta essas especificidades e contemplem os bubalinos, caprinos e ovinos na sua dimensão de importância, mesmo porque outra característica marcante das mesmas está no aspecto social, pois contribuem de maneira decisiva para a alimentação e são as alternativas mais consistentes de opção pecuária para amplos segmentos populacionais em que a pecuária bovina se mostra incipiente e rudimentar. Entretanto, há que se considerar essa dimensão pois, para enfrentar o desafio de se tornarem opções relevantes e passarem a contribuir de forma mais representativa para a demanda urbana de proteína animal, a distância tanto em termos de mecanismos de coordenação vertical como da própria cultura das preferências do consumidor se mostra imensa. Há apenas um reduzido e sofisticado mercado de produtos exóticos a explorar.

9 - SÍNTESE DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS: expansão e irradiação para todo Brasil do padrão agrário da agricultura do Sul e do Sudeste

As transformações da agricultura brasileira, na sua síntese, correspondem ao aprofundamento do padrão agrário derivado da mundialização dos cânones da Segunda Revolução Industrial. Por certo ocorrem aqui determinantes nacionais que conformam determinantes específicos a esse processo, construindo uma dinâmica peculiar com reflexos econômicos e sociais nos diversos espaços regionais que passam a girar sob a sua órbita estrutural.

Em linhas gerais, o conceito estratégico para entender a dinâmica da articulação dos diversos territoriais, em que a agricultura reproduz-se sob a égide do desenvolvimento capitalista, nos seus elementos dominantes, consiste na ideia de coordenação vertical, a qual se constitui dos mecanismos com base em que se articulam e contribuem diferentes agentes econômicos e distintos espaços territoriais para alavancagem do produto setorial.

Conquanto estejam presentes na agricultura brasileira todos os elementos dessa modernidade estrutural capitalista desde o final dos anos de 1980, isso permitiu inclusive que, mesmo na ausência das significativas somas de recursos governamentais a juros negativos dos anos de 1970, a agropecuária multiplicasse de forma consistente suas safras.

O primeiro registro necessário a ser feito, quase em caráter de reparo à visão reducionista da agricultura brasileira, está exatamente em destacar que seu vigor produti-



vo recente não se limita aos resultados das megalavouras de grãos e fibras dos cerrados, notadamente no período 2000-2005. Há que se considerar as expansões da cana nas terras paulistas, que já avança pelo Triângulo Mineiro e pelo Mato Grosso do Sul, sustentada em modernidade estrutural e operacional para produção de açúcar e álcool cuja demanda e preços internacionais são atrativos. Também as demais agroindústrias, como a de sucos cítricos, detêm liderança competitiva no contexto internacional.

Mas fundamental se faz compreender que isso atingiu de forma decisiva a produção de proteína animal com as produções de carne bovina, carne avícola, leite e ovos, tendo avançado de forma expressiva com mudanças estruturais relevantes, ao mesmo tempo em que se inicia a multiplicação dessa dinâmica em segmentos da produção de carne suína e de pescado. Por vezes se esquece que o Brasil configura-se como dos mais importantes fornecedores mundiais das carnes avícola e bovina, que vêm gerando expressivas somas de divisas para a economia nacional.

Aliás, a atividade produtora de proteína animal, pelo relativo atraso em termos de inovação que configurava em relação às lavouras na metade dos anos de 1990, com certeza foi dentre os segmentos da agropecuária aquele que obteve, nos anos recentes, os mais notáveis incrementos de produtividade. Isso retira sustentação da visão, eivada de preconceitos, de que a pecuária a pasto e a figura do “boi”, consistiam em sinônimo de atraso.

Essa diversidade de resultados expressivos têm provocado inclusive leituras equivocadas quanto ao conteúdo da crise setorial recente, na medida em que se generalizam argumentos, quando na verdade são de amplitude restrita no tocante aos segmentos envolvidos (mais profunda na soja e no algodão) e territorialmente localizadas nas zonas produtoras desses produtos.

Para os demais, ou a crise configura-se como uma miragem como no complexo sucroalcooleiro paulista ou tem causas muito distintas, não podendo se falar numa mesma crise, como na produção de proteína animal, em que ocorrências sanitárias como a detecção de focos de aftosa gerou embargos com conseqüências na origem e no ritmo de crescimento das exportações no caso da carne bovina e, pela reação das populações de nações importadoras submetidas à detecção de gripe aviária, como no caso da carne avícola.

De qualquer forma, há o inequívoco sucesso recente de avanços na produção e na exportação brasileiras de proteína animal, tal qual em outros segmentos da agricultura. De outro lado, os distintos segmentos da agricultura têm lógicas inter-relacionadas e interdeterminadas, na medida em que muitas vezes disputam o mesmo espaço territorial. Logo, a dinâmica de um segmento determina mudanças na dinâmica estrutural e territo-



rial de outros segmentos.

Exemplo disso está nos avanços da cana que se dão sobre áreas de pastagens deslocando a pecuária, a qual, se não compensa essa perda de espaço com maior produtividade, acaba deslocando floresta adentrando pelas terras amazônicas. O mesmo raciocínio serve para os grãos e fibras que, se não aumentam suas áreas com implementação da integração lavoura-pecuária, têm o mesmo efeito da expansão canavieira. Neste caso, entretanto, maior produção de grãos dará maiores possibilidades de expansão da produção de granjeiros como a carne avícola, a carne suína e os ovos. Isso significa que as dinâmicas territoriais de crescimento da agricultura estão intrinsecamente interligadas.

Aí está a necessidade de uma visão territorial e econômica não apenas abrangente da agricultura, mas também da especificidade do movimento setorial, consistência das ações para fins de planejamento da ação governamental. Uma primeira constatação consiste em que, na agricultura, a dinâmica da modernidade, quase sempre, configura lógicas de irradiações produtivas e econômicas que reconfiguram as lógicas anteriores de dados espaços geográficos, afinal são exatamente essas transformações as motoras da história.

Assim, o entendimento da dinâmica da agricultura, enquanto intrínseca na determinação do conteúdo da ocupação do espaço geográfico, exige a compreensão de que se dá a governança desse processo. Mais que isso, a expansão do novo padrão agrário não se dá pela simples mudança de atividade de dado espaço geográfico alterando a composição local de culturas agropecuárias. A cana não apenas substitui pasto nas terras paulistas, assim como o algodão, a soja e as pastagens não somente ocupam cerrados. Essa consiste numa leitura simplista das transformações territoriais envolvidas. Essas atividades trazem consigo uma nova “governança” produtiva, que produz alterações nos níveis de integração entre os distintos espaços territoriais.

O novo padrão agrário em irradiação pela agricultura brasileira consiste numa lógica em que a agropecuária submerge entre as agroindústrias de bens de capital e insumos e as agroindústrias de processamento e de beneficiamento de produtos. Ainda que da ótica espacial tenha uma incontestável maior visibilidade, da ótica econômica, na plenitude de sua implementação, a agropecuária corresponde a um segmento minoritário na agricultura da ótica da riqueza produzida. A análise dos multiplicadores da produção agropecuária, a partir de dados de valor adicionado, revelam que, em média, ela gera em torno de 10% do produto setorial da agricultura industrializada dos espaços geográficos desenvolvidos em termos de produção capitalista (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

Numa realidade em que a dinâmica econômica se mostra determinante da ocupação do espaço, há que se considerar sempre qual o sentido da irradiação do novo pa-



drão agrário sobre o território e quais os vínculos econômicos entre os vários espaços territoriais em termos de fluxos de inovações, de fornecimento de insumos e bens de capital, e de investimentos. Não levar em conta essas determinações corresponde a projetar políticas públicas que certamente não produzirão os retornos desejáveis aos investimentos realizados. E essas experiências não são simplesmente transplantáveis a qualquer tempo para todo e qualquer lugar.

No caso brasileiro, a leitura das raízes da concentração industrial em São Paulo consiste num elemento determinante para entender a lógica territorial da economia nacional. Afinal, fez-se o primeiro movimento de industrialização exatamente no espaço geográfico que, de forma concomitante, gerava as bases da agricultura moderna (CANO, 1980). Assim, pode-se pedir licença ao autor desse clássico para afirmar que a agricultura moderna e a indústria moderna são irmãs gêmeas produzidas pelo mesmo processo de desenvolvimento capitalista ao empreender sucessivos processos de industrialização.

No caso brasileiro, essa agricultura industrial moderna nascida em São Paulo, num primeiro movimento de expansão, irradia-se tomando o Sul e o Sudeste, não sem deixar espaços retardatários como o Alto Ribeira paulista e o próprio Vale do Paraíba, que tem uma agricultura estagnada há muitas décadas. O mesmo sentido das inovações tecnológicas paulistas e que nos anos de 1950 libertaram o café dos grilhões da terra roxa e possibilitaram a conquista dos podzolizados, e que nos seus desdobramentos posteriores propiciaram a conquista dos cerrados em conquistas ampliadas pela soja tropical e outras lavouras.

Assim, as lavouras seguiram rumo ao norte pelo Brasil central chegando à Amazônia, bem como aprofundamento da irradiação desse movimento avança no sentido da costa pelo sul do Maranhão, oeste do Piauí e oeste da Bahia. Interessante notar que a velha economia nordestina está sendo vencida por um poderoso ataque pela retaguarda, entrincheirada que ficou por séculos nas faixas costeiras da Zona da Mata. Pois bem, o ataque da linha de frente do desenvolvimento capitalista veio de onde menos se esperava, dos gerais do oeste, que antes, por muitos séculos, só eram conhecidos como terras sem aproveitamento para agricultura (as “quiçaças”). E se trata de nova agricultura que expulsa não apenas os métodos produtivos, mas também quem os praticava.

Pois bem, no processo integrador da agricultura moderna, o avanço dos cerrados em direção ao oeste da Bahia passa a determinar a ocupação sob essa lógica de espaços territoriais antes vinculados como economias periféricas às zonas costeiras. Assim, a agricultura moderna no seu caminho sentido leste entra na Chapada Diamantina e absorve na sua lógica o feijão da região Irecê, áreas que progressivamente rompem seus históricos laços econômicos com a área de influência de Salvador. Da mesma forma, vai



adentrar na Floresta Amazônica pelo seu *front* sul, redefine os vínculos naturais desse espaço, integrando-o ao grande espaço da agricultura capitalista cujo dinamismo e vigor irradia-se no sentido sul-norte. E essa lógica espacial integradora está profundamente interligada.

A produção de proteína animal está inserida na dinâmica desse contexto mais amplo de desenvolvimento da agricultura industrial brasileira. Dessa maneira, os territórios pecuários conformam um amplo circuito que ganha em dimensão e que também apresenta um sentido de determinação de aprofundamento das transformações orientado pelas lógicas sul-norte na direção da Floresta Amazônica, também sul-norte no sentido da costa no sul do Maranhão e oeste do Piauí e oeste-leste nas terras da Bahia. Rememorar a histórica associação entre lavoura e pecuária na construção da agricultura brasileira se faz desnecessário, a não ser ressaltando que, se no passado o “boi” chegava antes do arado, agora a motosserra precede o trator.

Numa realidade marcada pela enorme heterogeneidade estrutural como a brasileira, há sempre que se entender o conteúdo das mudanças para que se possa vislumbrar com razoável consistência os desdobramentos futuros. Na produção de proteína animal, tendo como parâmetro os mecanismos de coordenação vertical desenvolvidos, existem desde as precárias articulações da pecuária de subsistência, normalmente de aptidão mista, até cadeias de produção plena com coordenação vertical, executadas com base na integração contratual. Como exemplo do primeiro caso, há a pecuária do agreste nordestino e do segundo as cadeias de produção de carne avícola do Sul do Brasil.

Essas diferentes configurações da produção de proteína animal guardam relevantes dimensões territoriais e vínculos estruturais. As atividades que são executadas fora desse desenho vêm sendo progressivamente submetidas ou substituídas. A produção de carne avícola e de ovos, bem como as carnes aquícolas e sunícolas, guardam vínculos estreitos com a produção moderna de alimentação animal, por sua vez dependente da disponibilidade de soja e milho.

Da mesma forma, os confinamentos bovinos e as granjas leiteiras estabelecidas abastecem-se desses produtos e, principalmente, de resíduos agroindustriais como polpa de citros. Por outro lado, da mesma forma com que a produção de ovos se dá nas zonas próximas aos grandes mercados consumidores, os frigoríficos articulam-se para levar a carne para esses mesmos destinos, que são lócus dos mercados internos e das portas para exportação. Assim, com a expansão tendo como eixo o rumo sul-norte convergentes no sentido contrário, integram-se atividades que “fabricam” produtos finais.

Uma questão crucial na sua dimensão territorial consiste em entender exatamente esse emaranhado de vínculos estabelecidos entre as produções de proteína ani-



mal das distintas regiões brasileiras. No cotidiano, a compreensão mais presente consiste em que os incentivos fiscais decorrentes da adoção de benefícios tributários vêm produzindo o deslocamento da produção para áreas de fronteira. O exemplo das lavouras de grãos e fibras são o exemplo acabado, sendo agora destacados os movimentos das granjas avícolas e dos laticínios nesse sentido.

Essa questão da “guerra fiscal” se mostra relevante pelas distorções alocativas que provoca, em especial depreciando de maneira precoce e rápida investimentos em infraestrutura das zonas tradicionais em benefício dos “novos eldorados”. Mas há uma dimensão de territorialidade pouco visualizada e que corresponde ao enorme circuito da pecuária de corte, que congrega num mesmo espaço produtivo contínuo todo o Sul-Sudeste e amplos espaços do Centro-Oeste, com irradiações pela parcela setentrional da região Norte e áreas nordestinas como o oeste da Bahia, sul do Maranhão e oeste do Piauí.

Trata-se de amplo circuito de uma estrutura produtiva difusa, em que espaços geográficos específicos mais longínquos executam a criação de bezerros, que são recriados numa faixa mais ao sul para então, como bois magros, abastecerem as estruturas de terminação do Sudeste e mesmo do Sul do Brasil. Ainda que as atividades de terminação a pasto se desloquem no sentido Norte, as estruturas de frigoríficos têm mantido o “retalhe” das peças dos animais abatidos em unidades próximas aos centros de consumo e aos portos de embarque de produtos exportados. E parcela preponderante das exportações brasileiras de carne bovina vem sendo escoadas por São Paulo.

Logo, da ótica econômica, o circuito da pecuária de corte forma um imenso espaço territorial onde operações produtivas específicas são realizadas num dado local, mas interligadas a outras que se processam em outro lugar. Não há a possibilidade de se pensar e executar qualquer atividade que altere a ocupação do solo num dado espaço produtivo ao sul desse imenso território do circuito pecuário que não tenha corolários nos demais, localizados ao norte, mas que com ele mantêm vínculo produtivo.

Um exemplo se mostra fundamental para clarear esse efeito dominó. A pecuária de corte brasileira têm sua expansão recente exatamente no Mato Grosso, em Rondônia e no Pará, tendo chegado aos limites da Floresta Amazônica e mesmo adentrado nesse espaço geográfico. Enquanto isso, nas demais unidades da Federação do circuito pecuário situadas no Sudeste, no Sul e mesmo no Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Goiás), os rebanhos têm se mantido no mesmo patamar ou recuando em número de animais. Logo, fica nítido que expansão pecuária só pode se dar no sentido da Floresta Amazônica.

Com certeza, as perdas de áreas de pastagens para expansão da cana que nas



últimas três décadas ocorridas em São Paulo, ainda que tenham vindo acompanhado de certo crescimento do rebanho, implicaram em pressão pela expansão da pecuária na faixa norte do circuito pecuário. Agora com a cana abrindo espaços nas terras de pastagens do oeste paulista e do Triângulo Mineiro, as pastagens perdem espaço e a pecuária a disputa econômica, na qual não tem a mínima chance dada a disparidade da capacidade de gerar riqueza, que se configura muito superior na cana, tanto assim que, na média do padrão tecnológico vigente, o valor do arrendamento da terra pago pelas usinas se mostra maior que a renda propiciada pela pecuária de corte. Em outras palavras, paga melhor para não produzir.

O argumento mais comum utilizado consiste em que “o boi tem pernas e pode ir para outro lugar”. Pois bem, mas para que lugar? Na lógica de ocupação do circuito pecuário sob “os açoites da cana a boiada migra para o Norte no sentido da Floresta Amazônica”. Essa dedução vale também para medidas governamentais como a obrigatoriedade de recomposição das áreas de reserva legal determinadas pelo Código Florestal nos idos da metade de 1960 (BRASIL, 1965) e que foram revividas em recente medida do governo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2006; GONÇALVES; CASTANHO-FILHO, 2006).

Ora, se essa recomposição implica em reverter para matas nativas terras ocupadas com outras atividades econômicas e, se o ajuste econômico do uso do solo se dará sobre terras ocupadas por pastagens, qual o impacto territorial nacional dessa medida do governo paulista? Nada menos que maior pressão para que a pecuária de corte avance no território da Floresta Amazônica, que consiste numa frente de expansão. Da ótica ambiental, essa medida paulista, por falta de visão nacional, se configura numa irracionalidade, uma vez que efeito reflexo de uma medida tomada com base em argumento ambientalista pode se converter numa agressão à floresta.

Há que se destacar que existem imensas possibilidades de expansão da pecuária de corte, ainda que cedendo áreas para lavouras, com uma possível intensificação do uso do solo nessa atividade de produção animal. Isso tem sido a tônica dos principais espaços pecuários brasileiros. Contudo, ressalte-se que essa possibilidade está posta e não ocorre em maior escala dada a inexistência de mecanismos econômicos que conduzam ao adensamento produtivo, como a moderna integração lavoura-pecuária que eleva a produtividade de ambas, mas que precisa estar na prioridade de políticas públicas com medidas econômicas capazes de revigorar do ponto de vista produtivo pastagens degradadas.

Nos principais espaços do imenso circuito pecuário brasileiro, a pecuária há muito superou o sentido antigo da atividade, em que nas frentes de expansão, tais como nas



pastagens menos produtivas das zonas de ocupação antiga, a pecuária de corte surgia como atividade econômica que cumpre o papel de manter ocupada a propriedade rural. Daí a lógica de desmatar e implantar pastagens, muitas vezes até que as lavouras cheguem ou que haja estímulo à renovação em função de preços internacionais atraentes para grãos e fibras que demandem terras para arrendamento. Isso não corresponde ao elemento causal que empurra as pastagens para o interior da floresta. Dada a inserção internacional da carne bovina brasileira, são os preços internacionais dela e o movimento exportador brasileiro por si mesmo que ensejam expansão da pecuária moderna e sofisticada. E como a pecuária de corte não tem chance no confronto direto em termos de capacidade de geração de renda, essa expansão se dará cada vez mais longe da concorrência das lavouras.

Aí está um desafio que representa o cerne da conformação do futuro da agropecuária brasileira. É nítido que, para ampliar de forma substantiva toda produção agropecuária, inclusive a pecuária de corte, nas próximas três décadas não são necessários os ritmos de desmatamento que ocorrem na frente de expansão, podendo mesmo, no curto prazo, dizer-se que trazem mais problemas, como a ampliação da deficiência de infraestrutura, do que soluções. Mas aí há que se ensejar a configuração de mecanismos econômicos que conduzam ao adensamento produtivo. Para isso, há que se pensar na redução dos estímulos à expansão territorial da agropecuária, ao menos no sentido de torná-la mais planejada, e controlar o ímpeto das madeiras que, em muitos espaços, são a fonte primária de financiamento desse processo.

Assim, o grande enigma para construir um cenário de futuro com mínimo de consistência para a agropecuária brasileira, na dimensão da territorialidade envolvida, está em projetar uma realidade para as frentes de expansão. Isso porque apenas simplesmente projetar o que vem ocorrendo significa não levar em conta implicações fundamentais como:

- a) como se desdobrarão os impactos das madeiras nas frentes de expansão? Isso porque agem abrindo enormes claros na floresta e, pela madeira que procuram nos espaços mais férteis, o que mantido o ritmo das últimas décadas, por si mesmo, conduzirá ao avanço da pecuária de corte extensiva como única atividade capaz, no primeiro momento, de cobrir os enormes vazios das matas derrubadas. Como a motosserra precede o boi, isso configuraria um estímulo à continuidade da pecuária de corte não adensada no amplo circuito pecuário brasileiro;
- b) qual o real significado da concretização de uma reforma tributária “não fiscalista”, focando também a necessidade de promover maior ordenamento econômico entre as atividades, em especial no seu sentido territorial? Este consiste num aspecto da re-



forma tributária brasileira que não tem sido sequer mencionado nas discussões midiáticas. A expansão agropecuária na fronteira vem sendo estimulada por mecanismos na forma de incentivos fiscais e com o uso da “guerra fiscal” no ensejo de uma política fundiária que aperta cada vez mais a pressão sobre a terra produtiva, inclusive discutindo a adoção de indicadores de produtividade mais elevados que tornariam muitas atualmente produtivas em improdutivas.

- c) esses índices de produtividade levam à intensificação da “abertura da propriedade”, ampliando área agropecuária na área total. Assim, incentivos fiscais estimulam o avanço da fronteira, a guerra fiscal à abertura da propriedade e um Imposto Territorial Rural (ITR) que não existe na prática pelos valores arrecadados. Tudo isso conforma-se num motor da expansão territorial da agropecuária que, inclusive nas zonas de ocupação antiga, estimula “o uso improdutivo do solo rural” para fins não agropecuários, gerando enormes disfunções e distorções alocativas. Há que se pensar nos aspectos não ficalistas da reforma tributária para que o novo sistema de taxas e tributos seja no mínimo funcional com o adensamento produtivo.

Assumindo que a sociedade brasileira ao menos reduzirá os movimentos no sentido das florestas, a mesma fará prevalecer um importante movimento de adensamento produtivo em todo espaço territorial ocupado pela agropecuária no Brasil. Para isso, seria necessário adotar uma lógica tributária que penalize a “riqueza velha”, consubstanciada na propriedade rural, e estimule a “riqueza nova”, multiplicada nos produtos, ao mesmo tempo em que elimine distorções alocativas decorrentes da presença de incentivos fiscais e os mecanismos da guerra fiscal. Por certo há, na realidade brasileira, uma impossibilidade política de atingir-se a plenitude desses predicados do sistema tributário, mas quanto mais se aproxima desse objetivo, mais estariam se conformando os elementos definidores de futuro na agropecuária brasileira e, nesse caso, o impacto sobre o circuito pecuário seria decisivo, levando a um consistente adensamento da atividade.

Essa lógica pode implicar na redefinição da ocupação do espaço territorial inclusive nas zonas de ocupação antiga, bastando lembrar que, em São Paulo, cuja agricultura sofreu o mais intenso processo de transformação dentro da realidade brasileira, segundo dados históricos do Instituto de Economia Agrícola (IEA), há um nítido esgotamento da capacidade de expansão horizontal, com a área agropecuária se mantendo em torno de 18 milhões de hectares desde a metade da década de 1970, e mesmo com a intensa mudança na composição de culturas com a expansão das lavouras – em especial a canaveira –, a superfície de pastagens alcança expressivos 10 milhões de hectares contra cerca de 3,7 milhões de hectares da cana para indústria, a principal lavoura (GONÇALVES, 2005). Em outras palavras, apenas com base numa perspectiva de limitação da



lógica da expansão horizontal, num complexo produtor de proteína animal que tem no sentido territorial um imenso circuito pecuário que se reproduz pela expansão na fronteira, os elementos formadores do futuro de caráter estrutural ganharão a proeminência devida na conformação dos movimentos da produção. Não que eles não estejam atuando, mas com certeza operam abaixo da plenitude da sua capacidade transformadora e integradora do território agropecuário brasileiro.

Na vigência desse ambiente econômico e institucional, que devolve de forma plena ao segmento produtivo a capacidade de construir as bases de sua reprodução, os elementos formadores de futuro na produção brasileira de proteína animal, numa agricultura submetida aos desígnios do padrão agrário inerente à Segunda Revolução Industrial, estariam sustentados:

a) pela qualidade dos mecanismos de coordenação vertical, forjando cadeias de produção plenas, seja pela integração vertical, como no papel e celulose e no açúcar e álcool (praticamente não existe agropecuária com a cana própria superando os 95% da cana moída), seja pela integração contratual como no caso da carne avícola. De qualquer maneira, dentre as demais sequências de produção de proteína animal, tendem a configurar-se como elementos portadores de futuro exatamente aqueles que indicam mudanças no sentido de aprimorar os mecanismos de coordenação vertical.

Nesse sentido, a produção informal e outras formas menos desenvolvidas poderão resistir por algum tempo, até mesmo longo, mas terão reduzidos seus espaços de manifestação e perderão importância econômica e social. Numa atividade em que a questão da qualidade de produtos e processos, em especial a sanitária, se conforma como estratégica, a própria maioria urbana fará hegemônicos seus valores em termos de padrões de qualidade na produção realizada no campo, e isso já se processa com intenso bombardeio midiático.

b) pelo avanço da concentração produtiva com intensificação da especialização regional, movimento típico do padrão agrário em que os ganhos de escala, em especial na logística, determinam a competitividade dos segmentos produtivos, como elementos determinantes da obtenção de vantagens em termos não apenas de custos de produção mas, principalmente, de custos de transação.

Isso implica na superação nos vários espaços territoriais do velho dilema da diversificação agropecuária geradora de ineficiência nas logísticas de vários fluxos de produção, mesmo porque a própria intensidade do progresso técnico conduz à especialização do agropecuarista, tanto em termos de domínio cognitivo da base técnica como pela razão de que o tamanho do bloco dos investimentos que deva realizar para mover sua produção.



Além de ser específico para um leque reduzido de culturas, ganha dimensão cada vez maior na definição da rentabilidade dos empreendimentos.

- c) pela maior expressão das dimensões da singularidade e da complementaridade na conformação das vantagens competitivas territoriais. Isso como consequência da especialização produtiva e da superação do velho paradigma da diversificação agropecuária. De um lado, em cada espaço territorial há a busca crescente e consistente de aproveitamento de diferenças em termos de fatores e recursos agroambientais que possam configurar uma diferenciação de produto com base numa vantagem comparativa de origem, pela agregação de uma singularidade ao produto regional, seja nele próprio ou no conjunto do processo como se dá sua produção. Assim, surge o outro lado, o da complementaridade, consubstanciada em aproveitar brechas da concentração e especialização regionais para inserir uma outra atividade, complementar à principal, que possa ser relevante não apenas para alavancar a rentabilidade do empreendimento, mas, principalmente, configurar ampliação da base social de inserção produtiva.

Essa complementaridade, no caso da produção de proteína animal, pode consistir na adoção da integração lavoura-pecuária com culturas vegetais anuais sustentadas em amplos e transparentes processos de arrendamentos, como ocorrem, por exemplo, no extremo oeste de São Paulo, desde a metade dos anos 1990. Há imensas possibilidades nesse sentido, as quais, inclusive, têm o condão de propiciar a rotação de culturas, prática fundamental para a manutenção da potencialidade dos solos. Nas produções de proteína animal, nas granjeiras e nas estabuladas, há possibilidades que vão desde o aproveitamento de resíduos agroindustriais na alimentação animal, até mesmo na integração com a produção de grãos. Há um elemento nem sempre percebido nessa nova supremacia da regionalidade calcada em vantagens de origem derivadas do desenvolvimento da complementaridade e da singularidade, qual seja que esse movimento coloca cada vez mais dificuldades de responder às necessidades de progresso técnico da agricultura brasileira, do modelo institucional concentrado de geração de inovações para a agricultura brasileira, gestado nos anos 1970 e vigente na atualidade. Não se trata simplesmente da necessidade de redefinir prioridades de pesquisa e desenvolvimento, mas da redefinição da concepção e dos desenhos institucionais no sentido do novo, quando o velho já cumpriu seu papel na construção e irradiação do processo de modernização agropecuária, desde sua gênese nos anos 1940.

Esses são os elementos formadores do futuro na agricultura brasileira e que ganham dimensão de complexidade extrema numa sociedade de história lenta, em que as



mudanças parecem pedras ao passado de forma tão agrilhonada que não produzem metamorfoses ao manifestarem-se em pseudomorfoses. Mas isso não significa que as mudanças não se concretizem. Ao contrário, elas se afirmam num caminhar que faz de cada momento um passo adiante na conformação do futuro, mesmo que por vezes pareçam com o reviver de fantasmas que se acreditava exorcizados. Mas o desenvolvimento como produto social não significa nada mais que isso, uma convergência de afirmações e contradições. Mas isso não significa que as visões de futuro e as alucinações herdadas do passado tenham o condão de obstar o devir das transformações econômicas que movem a história. Elas podem, contudo, definir o tempo e o lugar em que se processam as mudanças. Há que se acreditar no futuro, pois como me aconselhava meu velho avô, lavrador sem terra e produtor de feijão no sudoeste paulista: “filho, nada é obra do destino. Basta o sujeito fazer as coisas direito”.

LITERATURA CITADA

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA - ANUALPEC, 2006. São Paulo: AgroFNP Pesquisas Ltda., 2006, 369 p.

BRANDÃO, A. S. P.; RESENDE, G. C.; MARQUES, R. W. C. **Crescimento agrícola no período 1999-2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. 22p. (Texto para discussão, 1062).

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, 16 ago. 1965.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1980. 318 p.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

GONÇALVES, J. S. Dinâmica da agropecuária paulista no contexto das transformações da sua agricultura. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 12, p. 65-98, dez. 2005.

_____; CASTANHO FILHO, E. P. Obrigatoriedade da reserva legal e impactos na agropecuária paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 9, p. 72-84, set. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco de dados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Estatística da Pesca 2005**. Brasília: IBAMA, 2007. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/rec_pesqueiros/download.php?id_download=113>. Acesso em: 22 out. 2008.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Banco de Dados**. São Paulo: IEA, 2010. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. 28 maio 2007.

SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual n. 50.889, de 16 de junho de 2006, Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural e compensação da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**, 17 jun. 2006.

Recebido em 02/07/2010.

Liberado para publicação em 05/07/2010.